PLENÁRIAS DAS
MULHERES E JUVENTUDES NOS BIOMAS
PÓS-COP30

VOZES DOS BIOMAS

Agenda de Mulheres e Juventudes para o Clima



Apoio: UNFPA CONJUVE

Realização: SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE | SECRETARIA-GERAL | MINISTÉRIO DAS MULHERES | GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

VOZES DOS BIOMAS

Agenda de Mulheres e Juventudes para o Clima

REALIZAÇÃO
Ministério das Mulheres
Secretaria Nacional de Juventude - Secretaria-Geral da Presidência da República
Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30 (PYCC)

APOIO
Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)
Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)

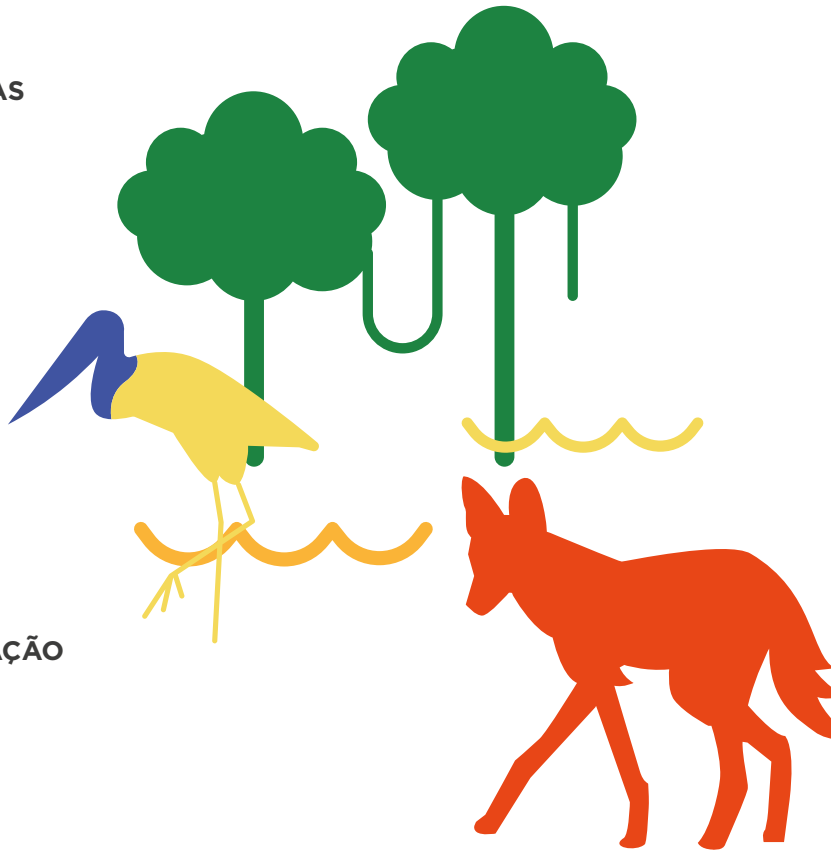
TEXTO
Marília Closs

SISTEMATIZAÇÃO DE RELATORIAS
Pedro Neves de Castro

REVISÃO TÉCNICA
Ângela Roman
Laís Lima Rezende

FOTOS
Gabriel Jhonatta
Gabriella Ambrosio
Larissa Lucia
Lawrin Ritter
Magi - ImaginouMarketing
Rafael Medina

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Duo Design





Sumário



PREFÁCIO

Ministério das Mulheres 6

Secretaria Nacional de Juventude 8

Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30 9

Fundo de População das Nações Unidas 11

APRESENTAÇÃO 13

DE 2025 A 2026: CONTINUIDADE DA MOBILIZAÇÃO DE MULHERES E JUVENTUDES NA AGENDA CLIMÁTICA DOS BIOMAS 14

PLENÁRIAS DAS MULHERES E JUVENTUDES NOS BIOMAS PÓS-COP30 16

Metodologia de um instrumento político participativo 17

Vozes da Mata Atlântica 19

Vozes do Pantanal 26

Vozes da Amazônia 33

Vozes da Caatinga 40

Vozes do Pampa 48

Vozes do Cerrado 54

Vozes dos Biomas
Mensagens-chave para 2026 60

EQUIPE DAS PLENÁRIAS DAS MULHERES E JUVENTUDES NOS BIOMAS PÓS-COP30 62

PREFÁCIO

Ministério das Mulheres

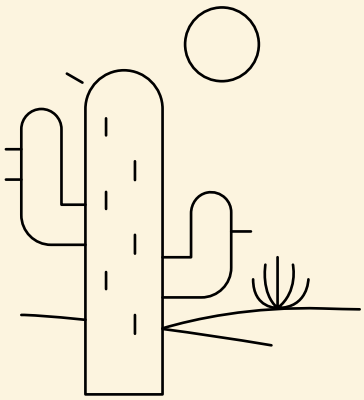
A crise climática é um dos maiores desafios do nosso tempo. Mais do que uma questão ambiental, trata-se de uma crise que aprofunda desigualdades sociais, econômicas e territoriais, afetando de forma mais intensa aqueles e aquelas que historicamente tiveram seus direitos negados. Entre os grupos mais impactados estão as mulheres e as juventudes, especialmente mulheres negras, indígenas, quilombolas, rurais, ribeirinhas, periféricas e integrantes de povos e comunidades tradicionais.

A realização da COP30 no Brasil, em 2025, representou um marco histórico para o debate climático global. Pela primeira vez, a principal conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas aconteceu na Amazônia brasileira, colocando nosso país no centro das discussões internacionais sobre os caminhos necessários para enfrentar a crise climática. A decisão do Governo do Presidente Lula de sediar a COP30 reafirmou o compromisso do Brasil com a agenda climática e contribuiu para ampliar a centralidade desse debate em todo o país.

Mas é importante reconhecer que o debate sobre justiça climática não começou na COP30 e tampouco se encerra com ela. Muito antes da chegada das delegações internacionais e dos grandes fóruns multilaterais, mulheres, juventudes, povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais já denunciavam os impactos das mudanças climáticas e construíam respostas concretas para enfrentá-las em seus territórios.

Foi justamente com o objetivo de fortalecer essas vozes e garantir que os aprendizados e mobilizações gerados pela COP30 continuassem produzindo efeitos concretos nos territórios que o Ministério das Mulheres, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30 (PYCC), promoveu o ciclo das Plenárias das Mulheres e Juventudes nos Biomas Pós-COP30. Mais do que uma série de encontros, as plenárias constituíram um amplo processo de escuta, diálogo e construção coletiva, reunindo mulheres, jovens, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, movimentos sociais, academia e poder público em torno da construção de caminhos para a justiça climática.

O documento ***Vozes dos Biomas: Agenda de Mulheres e Juventudes para o Clima*** é fruto desse processo. Ao reunir experiências, diagnósticos e propostas construídas nos territórios, ele reafirma a importância da participação social na formulação de políticas



públicas e demonstra que as respostas mais eficazes para a crise climática precisam considerar as realidades vividas pelas populações diretamente afetadas.

Para o Ministério das Mulheres, incorporar a perspectiva de gênero às políticas climáticas é condição indispensável para promover a justiça climática. Nesse contexto, esse compromisso vem se concretizando por meio de iniciativas estruturantes conduzidas pela pasta, que buscam integrar essa perspectiva à agenda climática brasileira. Entre elas, destaca-se a **Estratégia Transversal Mulheres e Clima**, construída no âmbito do Plano Clima 2024-2035, que reconhece os impactos diferenciados das mudanças climáticas sobre as mulheres e orienta a incorporação da igualdade de gênero nas políticas de adaptação, mitigação, gestão de riscos e promoção da justiça climática. A Estratégia reafirma que enfrentar a crise climática exige considerar as desigualdades de gênero, raça, território e geração, fortalecendo a participação das mulheres nos espaços de decisão e na construção das respostas climáticas.

Também nesse contexto, o Ministério das Mulheres lançou o **Protocolo Mulheres e Emergências Climáticas: Diretrizes e Recomendações para a Proteção de Direitos na Gestão de Riscos e Desastres**, instrumento voltado a apoiar estados e municípios na incorporação da perspectiva de gênero nas ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução. O Protocolo parte do reconhecimento de que eventos extremos afetam de forma diferenciada mulheres e meninas e busca fortalecer a atuação integrada das políticas públicas, contribuindo para que a proteção de direitos e a redução das desigualdades estejam presentes em todas as etapas da gestão de riscos e desastres.

Que as reflexões e propostas reunidas neste documento fortaleçam a incidência dos movimentos sociais, inspirem novas ações e contribuam para a construção de políticas públicas cada vez mais democráticas, inclusivas e comprometidas com a justiça social, a igualdade de gênero e a sustentabilidade.

Márcia Lopes
Ministra das Mulheres



PREFÁCIO

Secretaria Nacional de Juventude

O relatório Vozes dos Biomas nasce da contribuição coletiva e da experiência de movimentos dos territórios, acadêmicos, colaboradores e de gestores públicos que, juntos, buscam ter um diagnóstico apurado sobre a situação dos nossos biomas e apontar soluções para a crise climática.

As plenárias feitas em todos os biomas e regiões do país demonstraram o comprometimento dos movimentos sociais com a questão ambiental. A urgência de discutir os problemas que assolam de maneira mais aguda os jovens e as mulheres, a vulnerabilidade dos territórios periféricos, os refugiados climáticos, o desmatamento, a exploração e a grilagem de terra em nome do lucro ilegal e tantas outras questões que ampliam as desigualdades, comprometem a vida e a dignidade do povo brasileiro para benesse de uma minoria.

A questão climática e o combate às desigualdades devem ser o centro das ações do Estado, eles são temas que se transversalizam e só podem avançar conjuntamente. Exemplo disso tem sido o aumento de demarcações de terras indígenas e quilombolas feitas pelo Governo brasileiro ou as obras em áreas de risco feitas e que trazem tranquilidade às famílias que vivem com medo dos desastres e da perda de seus bens.

Esperamos que as contribuições colhidas nos mais diversos territórios e das organizações populares estejam refletidas aqui neste documento.

E que as vozes dos biomas sejam escutadas.



Vitória Genuíno
Secretária Nacional de Juventude



PREFÁCIO

Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30

O Brasil está entre os países de alto risco no que diz respeito à exposição de crianças e adolescentes a choques climáticos e ambientais, segundo a UNICEF. Tenho 27 anos e minha infância foi marcada pelo impacto da falta de adaptação da minha cidade para as mudanças do clima. As enchentes, ondas de calor e a falta de áreas de lazer verdes em Realengo, Zona Oeste do Rio, me chamaram ainda mais atenção quando passei a atravessar a cidade para acessar ensino de qualidade e entendi a desigualdade. Outros territórios na cidade não enfrentavam esses problemas na mesma intensidade e as áreas verdes de lazer existiam plenamente enquanto o parque verde de Realengo estava há décadas em disputa com a especulação militar imobiliária.

Foi a indignação com a forma que autoridades tratavam a não implementação do parque verde que me fez compreender as pautas de clima e meio ambiente com viés do racismo ambiental. A diária. Histórias como a minha espalhadas por todo o país. Para territórios periféricos racializados e vulneráveis ao impacto da mudança do clima, as soluções não chegam na velocidade da nossa urgência, e isso dita quem vai viver e morrer. Essa é a base do que chamamos de luta por justiça climática.

O hoje Parque Realengo Susana Naspolini me ensinou sobre o direito ao verde que todos nós deveríamos ter garantido. O parque me conectou com o meu bioma, a Mata Atlântica. Essa conexão, com sentimento de pertencimento e respeito, mudou minha forma de ver o mundo. Sou parte, reivindico, luto por e carrego comigo meu bioma por onde quer que eu vá, convocando outros jovens a também se reconectarem com a natureza ao seu redor.

Através de espaços de formação, como o programa Jovens Negociadores pelo Clima, e atividades que relacionam cultura, clima e a importância de uma virada cultural para conscientização ambiental, como a Resenha Climática, passei a integrar mobilizações estaduais, nacionais e globais, mirando as conferências do clima da ONU, as COPs, e a implementação de um acordo assinado por vários países para reduzir emissões, o chamado Acordo de Paris. Quatros anos depois da minha primeira conferência, a COP27, no Egito, recebi a convocação do Governo Brasileiro para atuar como Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30 e mobilizar a participação das juventudes na conferência que aconteceu no bioma Amazônia em 2025, convocando o mundo a olhar para as diferentes formas de viver nas cidades do Sul Global, em especial da América Latina.

Era impossível dar conta de uma tarefa tão importante sozinha, e foi por isso que formamos um time de jovens de todos os biomas do Brasil, com diversidade de raça, gênero e deficiência. Com esse time construímos as Plenárias por Biomas, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventudes e o CONJUVE, e ao longo de 2025 construímos um processo de escuta descentralizada, formação técnica e mobilização setorial junto às diversas juventudes do Brasil.

Indo a cada um dos seis biomas brasileiros, impulsionamos a formação de doze novas e poderosas lideranças climáticas jovens e territorializamos o que chamamos de Mutirão das Juventudes, uma resposta ao chamado global da Mutirão contra a Mudança do Clima da Presidência da COP30. Aliás, a COP30 foi a maior mobilização por justiça climática da nossa geração. Isso não quer dizer que o consenso entre os países ficou mais fácil, mas com certeza mais pessoas entendem a importância da proteção da ciência, do combate ao negacionismo e da ação climática do local ao global. E as juventudes globais, em especial as brasileiras, foram referência de ativismo e articulação.

As próximas páginas contam como esse processo impactou o Brasil, o regime do clima e o que esta segunda rodada da Plenária das Mulheres e Juventudes nos Biomas, em parceria com o Ministérios das Mulheres, a Secretaria Nacional de Juventude e o UNFPA, diagnosticou de desafios pós COP30. Mais do que isso, este documento aponta como nós podemos seguir em mutirão por justiça climática de forma transversal ao debate de uma vida de qualidade para a nossa e as futuras gerações.

Esse material é uma forma de compreender o passado, criando estratégia pro presente e mirando em um futuro digno para todo mundo.

Seguimos juntos! Boa leitura!



Marcele Oliveira
Jovem Campeã Climática
da Presidência da COP30 (PYCC)



PREFÁCIO

Fundo de População das Nações Unidas

A crise climática é, também, uma crise de direitos, desigualdades e desenvolvimento. Seus impactos recaem de maneira desproporcional sobre aqueles que historicamente enfrentam maiores barreiras de acesso a oportunidades, serviços e participação social.

Entre eles, estão mulheres, meninas e as juventudes, especialmente as indígenas, quilombolas, negras, rurais, ribeirinhas, periféricas e integrantes de comunidades tradicionais.

Este relatório nasce da escuta qualificada dessas vozes. Centenas de pessoas em diferentes territórios brasileiros foram ouvidas, reunindo experiências, diagnósticos e propostas construídas por quem vivencia os efeitos da crise climática nos seis biomas do país.

Mais do que um registro, este documento é um chamado à ação. Para o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), colocar mulheres e jovens no centro das respostas climáticas é condição indispensável para construir sociedades mais resilientes, justas e sustentáveis.

Eventos extremos, como secas prolongadas, enchentes, incêndios e deslocamentos forçados, interrompem serviços essenciais de saúde, dificultam o acesso ao pré-natal, ao parto seguro e ao planejamento reprodutivo. Também ampliam os riscos de violência baseada em gênero, casamento infantil e sofrimento psicossocial, afetando adolescentes e jovens.

Ao mesmo tempo, as vozes reunidas neste relatório mostram que mulheres e juventudes não são apenas as mais impactadas pela crise climática: são protagonistas das soluções. Em todos os biomas, emergem experiências que fortalecem a resiliência dos territórios. Da agroecologia à bioeconomia, das tecnologias de convivência com o Semiárido à mobilização comunitária.

A COP30 consolidou um avanço histórico ao reconhecer as juventudes como atores estratégicos da governança climática global. A Cidade das Juventudes simbolizou esse compromisso, garantindo que jovens participassem dos processos de tomada de decisão.

Além disso, avanços como o Plano de Ação de Gênero e o Plano de Ação em Saúde também oferecem uma oportunidade histórica para transformar compromissos em resultados concretos. No entanto, essa transformação só será possível se as vozes dos territórios orientarem as políticas públicas e os investimentos.

Os testemunhos reunidos nestas páginas reforçam a importância de ampliar a produção e o uso de dados desagregados, fortalecer sistemas de saúde preparados para emergências climáticas e garantir a participação efetiva de mulheres e jovens nos espaços de decisão.

Escutar é o primeiro passo. Transformar essa escuta em ação é o desafio que temos diante de nós.

Florbela Fernandes
Representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil



APRESENTAÇÃO

O relatório "Vozes dos Biomas: Agenda de Mulheres e Juventudes para o Clima" conta a história de um processo político liderado pelo Ministério das Mulheres, pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e pela Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30 (PYCC), com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). As instituições coordenaram um processo político participativo e de escuta, que culminou na realização, entre abril e junho de 2026, de seis espaços políticos:

- **Plenária da Mata Atlântica:** 09 de abril de 2026, Casa da Juventude - Rio de Janeiro/RJ
- **Plenária do Pantanal:** 05 de maio de 2026, Escola do SUAS/MS - Campo Grande/MS
- **Plenária da Amazônia:** 14 de maio de 2026, Centro Cultural Curro Velho - Belém/PA
- **Plenária da Caatinga:** 27 de maio de 2026, Centro de Formação Paulo Freire - Assentamento Normandia - Caruaru/PE
- **Plenária do Pampa:** 10 de junho de 2026, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região - Porto Alegre/RS
- **Plenária do Cerrado:** 17 de junho de 2026, Instituto de Ciências Biológicas da UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro – Brasília, DF

As plenárias tiveram como objetivo escutar histórias, coletar dados, mapear diagnósticos e desafios, refletir sobre soluções, elencar prioridades e, sobretudo, formular coletivamente. Com a participação de cerca de 700 pessoas ao longo do processo, elas contaram com um público diverso: representantes de movimentos sociais, organizações populares, setores acadêmicos, gestores públicos, autoridades; movimentos ligados à terra e à agroecologia, organizações feministas, coletivos de periferias urbanas, entre tantos outros atores. Um grupo capaz de, coletivamente, diagnosticar desafios com a solidez que só a prática traz e de criar soluções com criatividade política de quem vive a urgência do colapso ambiental e climático. O resultado foi a realização de um processo plural, participativo e dialógico, que traz acúmulos políticos concretos.

As plenárias construíram uma estrutura para que as mulheres e as juventudes dos biomas, falando por si, identificassem problemas, prioridades e soluções. Elas estão retratadas neste relatório.

Boa leitura!



DE 2025 A 2026: CONTINUIDADE DA MOBILIZAÇÃO DE MULHERES E JUVENTUDES NA AGENDA CLIMÁTICA DOS BIOMAS

Em 2026, o Ministério das Mulheres, a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e a Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30 (PYCC) estão liderando processos importantes para os biomas brasileiros. No entanto, esse processo não se iniciou este ano: ele teve início em 2025, quando começou a se consolidar como uma agenda de escuta, articulação e mobilização territorial, ampliando gradualmente seu alcance, fortalecendo redes e incorporando novas vozes e perspectivas dos diferentes biomas brasileiros.

Em 2025, as juventudes dos biomas brasileiros ganharam especial protagonismo. Foram realizadas Plenárias das Juventudes dos biomas, processo descentralizado e territorializado de escuta, formação e mobilização das juventudes em todos os biomas brasileiros. Os espaços contaram com ampla e diversa participação de mais de mil jovens com múltiplos perfis, históricos, biografias, representando setores diversos. As plenárias das juventudes tiveram a tarefa de eleger uma delegação nacional que representou as juventudes dos biomas na COP30. Como forma de preparação, foram realizados eventos na pré-COP, realizada em outubro em Brasília, com o objetivo de apresentar as prioridades e demandas das juventudes dos biomas às autoridades do Governo Federal e à Presidência da COP30.

Na COP30, as juventudes, mais uma vez, foram protagonistas de processos políticos históricos. Em Belém, o Curro Velho foi sede da Cidade das Juventudes, acampamento voltado para as juventudes – uma iniciativa inédita nas COPs. A parceria entre a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, a PYCC, e o Ministério das Mulheres, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas, garantiu que mais de 200 jovens, de 60 países e de diversos estados brasileiros, ocupassem o espaço, transformando-o não apenas em alojamento, mas em espaço político com uma série de atividades.

Em 2025, o Ministério das Mulheres também liderou agendas fundamentais para a intersecção entre gênero e clima. O ministério consolidou a Articulação Nacional Mulheres e Clima como uma instância permanente de governança para integrar a dimensão de gênero na agenda climática brasileira. Em setembro de 2025, foi realizado o 1º Encontro, com o lançamento do Plano de Ações Integradas Mulheres e Clima. Voltado para a COP30, o plano destacou iniciativas de grande impacto, realizadas pelo Ministério das Mulheres, como o Protocolo de Atendimento às Mulheres em Emergências Climáticas e o projeto Diplomacia Popular, que capacitou diversas lideranças comunitárias em parceria com a Universidade de Brasília.

A mobilização seguiu em outubro de 2025 com o 2º Encontro, que reuniu gestoras públicas e movimentos sociais em Brasília para os preparativos da COP30. Na ocasião, a Ministra Márcia Lopes anunciou a inclusão da Estratégia Transversal Mulheres e Clima no Plano Clima do Brasil (2025–2035), transformando a igualdade de gênero em um pilar estruturante das políticas de mitigação e resiliência. Juntos, os dois eventos definiram a posição oficial do Brasil na COP30 e geraram subsídios técnicos para a agenda pós-conferência.

Com isso, os processos de 2026 não são um novo ponto de partida, mas sim a continuidade de uma trajetória construída em 2025, a partir da escuta dos territórios, da organização coletiva e do protagonismo de mulheres e juventudes na disputa por uma agenda climática mais justa, democrática e territorializada.





PLENÁRIAS DAS MULHERES E JUVENTUDES NOS BIOMAS PÓS-COP30

Metodologia de um instrumento político participativo

As Plenárias das Mulheres e Juventudes nos Biomas Pós-COP30 foram concebidas como espaços de escuta qualificada, territorializada e situada, voltados à construção de uma leitura política sobre os impactos da crise climática, as prioridades e as respostas necessárias em cada território. As plenárias partem do reconhecimento de que nenhum processo participativo consegue representar de forma exaustiva a totalidade social, política e ecológica de um bioma. Por isso, a diversidade de perspectivas, os dissensos existentes e as lacunas de participação não foram tratados como ruídos ou falhas metodológicas, mas como elementos substantivos para compreender os conflitos, as desigualdades e os desafios que atravessam cada bioma e cada território. O objetivo estratégico foi que cada plenária realizada deixasse de operar apenas como um evento pontual e passasse a funcionar como um instrumento político e como um dispositivo permanente de produção de informação política qualificada, capaz de fortalecer a incidência da sociedade civil e dos movimentos sociais em torno da agenda de justiça climática nos territórios, bem como a formulação e aprimoramento de políticas públicas.

A construção do formato das Plenárias das Mulheres e Juventudes nos Biomas Pós-COP30 parte de uma metodologia de baixo para cima: a partir da realidade local e, principalmente, da realidade das mulheres e das juventudes, buscou-se compreender as múltiplas realidades de todos os biomas em sua interconexão, e não de forma isolada.

A metodologia das Plenárias das Mulheres e Juventudes nos Biomas Pós-COP30 foi estruturada a partir de **perguntas orientadoras** que permitiram organizar o processo de escuta e sistematização. A primeira dimensão buscou compreender como a crise climática afeta cada bioma, seus territórios e modos de vida, realizando um **mapeamento dos problemas e impactos** percebidos pelas comunidades. A segunda buscou identificar quais devem ser as **prioridades** políticas para cada bioma diante desses desafios. A terceira investigou as **articulações necessárias** para transformar essas prioridades em ação, incluindo demandas específicas relacionadas ao financiamento climático. A quarta dimensão foi dedicada ao reconhecimento de **boas práticas**, soluções territoriais, experiências comunitárias e tecnologias capazes de responder à crise climática. Por fim, buscou-se compreender o significado da agenda climática no contexto político de 2026 e mapear **propostas concretas** para orientar os próximos passos.

A organização do processo foi estruturada em cinco dimensões complementares: mobilização territorial, desenho metodológico, governança interinstitucional, registro qualificado e produção de resultados finalísticos. Essas dimensões foram orientadas por um conjunto de premissas metodológicas e políticas: a **escuta situada** como princípio de construção de conhecimento; a **diversidade** como elemento estruturante; o **dissenso** como dado político; a **rastreabilidade das informações** produzidas; a **conectividade entre territórios**, atores e agendas; o **cuidado** e a **proteção** dos participantes; e a flexibilidade necessária para adaptação às diferentes realidades.

A mobilização territorial foi compreendida como um processo político de construção de confiança, e não apenas como uma estratégia de divulgação ou envio de convites. O mapeamento de atores envolveu a definição de perfis estratégicos de participantes e a articulação política. Essa estratégia demandou escuta de lideranças, identificação de organizações-chave, compreensão de conflitos territoriais, atenção às ausências e construção de um sentido compartilhado sobre a importância da participação. A estratégia de comunicação e mobilização combinou convocatória institucional, mobilização territorial dirigida, chamada pública orientada, pré-mapeamento de práticas e processos de devolutiva e continuidade após as plenárias.

Por isso, a estrutura metodológica de cada plenária foi organizada para combinar acolhimento, formação, debate político e sistematização coletiva. O percurso incluiu credenciamento e acolhimento; abertura político-institucional; painel sobre território, justiça climática e desigualdades; momento cultural e de integração; orientação metodológica; grupos de trabalho temáticos; plenária de síntese; e encerramento com encaminhamentos e próximos passos. Dessa forma, as plenárias foram desenhadas não apenas como espaços de consulta, mas como processos de construção coletiva de conhecimento, articulação política e fortalecimento das capacidades territoriais diante da crise climática.



Vozes da **Mata Atlântica**

Plenária Mata Atlântica

Data: 09 de abril de 2026

Local: Casa da Juventude - Rio de Janeiro/RJ

Participantes: mais de 120 mulheres e jovens

Autoridades presentes: Gabriella Rodrigues – Secretária Especial da Juventude Carioca (JUV-Rio), Marcele Oliveira – Campeã de Juventude da COP30, Mariana Xavier – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Município do Rio de Janeiro, Tainá de Paula – Vereadora e ex-Secretária Municipal de Meio Ambiente e Clima, Salvino Oliveira – Vereador do Rio, ex-Secretário de Juventude do Rio de Janeiro, Laís Lima Rezende – Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério das Mulheres, Maynara Nafe – Diretora Substituta de Articulação e Fomento de Programas e Projetos de Juventude na SNJ.



A Mata Atlântica ocupa um lugar central na história socioambiental do Brasil, inclusive por ter sido o primeiro bioma intensamente pressionado por um modelo de desenvolvimento baseado na exploração predatória da natureza. Desde o início da colonização, há mais de cinco séculos, a conversão de áreas naturais, a exploração de recursos e a reorganização dos territórios segundo interesses econômicos externos produziram profundas transformações no bioma. Esse processo inaugurou dinâmicas de apropriação da natureza que deixaram marcas não apenas na Mata Atlântica, mas em todos os biomas brasileiros, cujos impactos permanecem presentes na degradação ambiental, nas desigualdades territoriais e na vulnerabilização de povos e comunidades que historicamente mantêm relações de cuidado com seus territórios. Na Mata Atlântica, essas consequências seguem evidentes, especialmente porque as estruturas históricas de exploração e concentração de recursos e as desigualdades associadas ao colonialismo e à colonialidade continuam atravessando as disputas atuais sobre o território e sobre concepções e políticas de desenvolvimento e de conservação ambiental.

Partindo dessa reflexão, as vozes da Mata Atlântica afirmaram que a crise socioambiental e climática que o bioma vive hoje está profundamente entrelaçada com este modelo de desenvolvimento que tem uma relação predatória com a natureza – e que, portanto, está calcada em disparidades e distribui desigualmente seus impactos. Neste cenário, o debate passou por temas diversos, como as consequências da crise ambiental e climática, que se manifestam, de forma desproporcional sobre as populações mais vulnerabilizadas. Por isso, a plenária enfatizou que as vozes da Mata Atlântica têm como prioridade o **combate ao racismo ambiental** e às **desigualdades territoriais e infraestruturais**.

As vozes da Mata Atlântica afirmaram: o calor extremo, que afeta diariamente o cotidiano e a saúde da população do bioma, e as enchentes e alagamentos, que destroem moradias e condições de subsistência, foram apontados como impactos graves pelos quais a população do bioma vem passando. Ao mesmo tempo, partiu-se do diagnóstico da falta de efetividade da governança – local, nacional e internacional –, que não dá conta das urgências do bioma e de garantir a efetiva participação social para a formulação e implementação de políticas públicas. Este diagnóstico pautou a ordem do dia, ajudou a elencar prioridades e a consolidar um conjunto de propostas de ação e incidência para o bioma da Mata Atlântica.

1. A CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA NO BIOMA: DIAGNÓSTICO DAS VOZES DA MATA ATLÂNTICA

Como as mulheres e as juventudes da Mata Atlântica enxergam a crise socioambiental e climática que o bioma está vivendo?

- *Eventos extremos já fazem parte do calendário anual*: Enchentes, alagamentos, chuvas torrenciais, que causam perdas de vidas e condições de subsistência, danos materiais, infraestruturais, intergeracionais e psicológicos.
- *"Todo dia eu vejo a diferença entre o que vem antes e o que vem depois do túnel": Desigualdade socioespacial* e *infraestrutural.*
  - Poluição, saúde e impactos na qualidade de vida nas periferias das cidades: doenças respiratórias e pulmonares associadas à poluição do ar e ao uso de produtos químicos e degradação ambiental produzida por empreendimentos industriais e pela urbanização precária, com efeitos cumulativos sobre saúde, moradia, mobilidade e segurança hídrica.
  - Falta de saneamento e falta de acesso e qualidade de recursos hídricos.
  - Mortalidade, adoecimento e perda material associadas à condição periférica, à juventude preta, às mulheres e aos territórios historicamente negligenciados.

Para que não se esqueça: tragédias como a de Nova Friburgo, em 2011, com chuvas, deslizamentos, soterramentos e enchentes, têm marcado nos últimos anos a história do bioma e remetem ao volume de mortes e à perda de infraestrutura e de condições de subsistência na cidade. A memória de quem se foi segue presente na Mata Atlântica, convocando à luta de hoje.

Na Zona Oeste do Rio de Janeiro, especialmente nos bairros de Santa Cruz, Guaratiba, Paciência, Senador Camará, Bangu e Jardim Maravilha, há a persistência de alagamentos, com rios sem vazão adequada, drenagem insuficiente e precariedade da coleta de lixo e gestão de resíduos.

- *"O clima já afeta o cotidiano do nosso bioma: tá muito mais quente do que antes"*. O calor extremo como sintoma da crise climática e a disparidade no desconforto térmico: a pobreza impacta na forma como o calor extremo é sentido.

- *A pobreza não tem mais acesso às áreas verdes*: Não há meio ambiente, quintais, trilhas, para celebrações e ritos coletivos ancestrais das comunidades tradicionais e locais – o racismo ambiental e climático é, também, religioso!
- *Mulheres e a sobrecarga ampliada com a crise climática*: Trabalhos de cuidado são multiplicados em eventos extremos – em especial, cuidado com crianças e pessoas com deficiência, gestão da casa em condições climáticas adversas, gerando maior desgaste físico e emocional e empobrecimento.
- "*O poder público não tá dando conta das nossas urgências – e também não tem nos ouvido o suficiente*": Lacunas na governança, no financiamento climático e na institucionalidade:
    - Falta de financiamento: dificuldade de acesso ao financiamento climático, tanto pela linguagem excessivamente técnica quanto pelas exigências burocráticas que excluem especialmente iniciativas.
    - Necessidade de mais espaços de participação social efetiva e qualificada.
- *Crise climática é uma violência que se soma a outras violências*.
    - Processos de especulação imobiliária, despejos violentos e remoções forçadas, inclusive em territórios quilombolas e periféricos, ganham maior complexidade em meio à crise.
    - Crítica às políticas de manejo ambiental que desconsideram a permanência dos povos tradicionais, rompendo com práticas históricas de cuidado e preservação dos territórios.
- *Crise também impacta dimensões subjetivas, sociais e intergeracionais.*
    - Ansiedade climática e injustiça geracional: *"A juventude está lutando por algo que não causou"*.
- *As pessoas já não se veem no bioma: O distanciamento – político, ecológico, social – da natureza faz com que a identidade do bioma se perca.*

Para que não se esqueça: O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), ocorrido em 2015, foi um dos maiores desastres socioambientais do Brasil, causado pelo colapso de uma estrutura de rejeitos de mineração. O evento liberou uma grande quantidade de lama tóxica, que percorreu o Rio Doce, provocando destruição de comunidades, perdas humanas e impactos severos sobre ecossistemas ao longo de sua bacia hidrográfica. Além dos danos imediatos, o desastre gerou efeitos prolongados sobre a qualidade da água, a pesca, a biodiversidade e os modos de vida das populações atingidas.

As vozes da Mata Atlântica alertam que a poluição gerada por grandes empreendimentos industriais na região de Santa Cruz e Sepetiba, bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, provoca diversos impactos, entre eles a chamada "chuva de prata", a emissão de poluentes atmosféricos, a contaminação da Baía de Sepetiba, danos à saúde da população e a mortandade de espécies.

2. FRENTE A ESSE CENÁRIO, QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DAS VOZES DA MATA ATLÂNTICA?

Quais são os eixos de ação centrais para o bioma?

1. Justiça climática e combate ao racismo ambiental
2. Mais e melhores políticas públicas, com o fortalecimento da governança, a democratização do financiamento e a ampliação da participação social
3. Transição justa rumo à economia de baixo carbono com trabalho digno na Mata Atlântica
4. Reconhecimento da segurança alimentar e saúde como eixos transversais e prioritários na agenda de clima e de meio ambiente
5. Reconhecimento da água, do saneamento e dos bens comuns como direitos
6. Direito à cidade e à infraestrutura sustentável e resiliente
7. Reconhecimento de saberes territoriais, inclusive suas metodologias de produção de dados, como instrumentos de incidência e disputa política
8. Educação ambiental e comunicação popular como instrumentos políticos
9. Mulheres e juventude como vetores de soluções
10. A Mata Atlântica tem que ter o nosso rosto!

3. QUAIS DEVEM SER OS PRÓXIMOS PASSOS?

Propostas das vozes da Mata Atlântica

- Incorporar o conceito de racismo ambiental como central nas formulações de políticas públicas;
- Fortalecer espaços de participação social em uma governança transversal, garantindo a presença de jovens, especialmente de periferias, mulheres e populações vulnerabilizadas nos espaços de decisão;
- Fortalecer e ampliar o orçamento climático;

- Desenvolver estratégias e políticas comuns entre o Governo Federal, os governos subnacionais e as pastas transversais, como juventude e gênero, garantindo a transversalidade da agenda ambiental no poder público;
- Criar grupos de trabalho interministeriais para tratar de temas como mobilidade, mitigação e adaptação climática com recorte territorial;
- Democratizar a linguagem, reduzir barreiras burocráticas e ampliar a divulgação das informações sobre financiamento e fundos climáticos;
- Priorizar, nos planos municipais, políticas de arborização e fortalecimento de quintais urbanos;
- Criar e ampliar conselhos políticos e iniciativas de apoio técnico e de formação para áreas de risco;
- Garantir políticas específicas que considerem as dinâmicas próprias de territórios rurais e semi-rurais;
- Valorizar a agroecologia como alternativa ao agronegócio e a agricultura urbana como alternativa econômica, garantindo destinação de orçamento e políticas no fluxo e nível adequado;
- Reconhecer a cultura alimentar como eixo estruturante dos sistemas econômicos e como eixo indispensável para a agenda ambiental e climática;
- Conectar políticas de clima e meio ambiente às políticas de saúde, inclusive junto a políticas preventivas;
- Pautar o direito à cidade como agenda de clima, inclusive com políticas de gratuidade de transporte público;
- Garantir maior responsabilização do poder público na fiscalização urbana, ambiental e industrial em matéria de infraestrutura e degradação e promover maior investimento em infraestrutura verde e obras de drenagem, incluindo a construção de parques lineares, preservação de áreas de nascente, recomposição vegetal, manutenção de rios e barragens, planejamento territorial e contenção de ocupações em áreas de risco, com oferta de alternativa habitacional adequada;
- Reconhecer as soluções, tecnologias e políticas produzidas nos territórios, de forma coletiva e comunitária, como respostas à crise climática;
- Construir estratégias de comunicação que dialoguem com a urgência da vida cotidiana, buscando tornar o debate acessível, concreto e conectado às experiências dos territórios;
- Ampliar processos de educação popular ambiental e educação continuada conectados com a realidade dos territórios;

- Ampliar a produção de dados sobre clima e meio ambiente produzidas localmente e nos territórios, inclusive por meio da geração cidadã de dados;
- Trabalhar para o fortalecimento das secretarias de mulheres em governos subnacionais;
- Colocar mulheres no centro das políticas climáticas, tanto em políticas urbanas quanto rurais;
- Garantir proteção às defensoras socioambientais dos territórios, reconhecendo os riscos enfrentados por essas mulheres;
- Reconstruir, sobretudo nos contextos urbanos, a relação entre população e o bioma.

4. ONDE ESTÃO AS SOLUÇÕES E AS BOAS PRÁTICAS JÁ EXISTENTES NA MATA ATLÂNTICA?

Práticas identificadas como positivas, que trazem resultados concretos e que podem ser replicadas em outros espaços. Para sua seleção, foi realizado debate ancorado na experiência territorial e na leitura crítica das respostas existentes.

- **Instalação de sirenes e de núcleos comunitários de defesa civil,** com lideranças locais preparadas para receber alertas, orientar moradores e acionar os órgãos responsáveis.
- **Instalação de pontos de apoio** para acolhimento em situações de desastre e de eventos extremos.
- **Criação de hortas comunitárias e plantio de vegetação** em terrenos baldios e encostas suscetíveis a deslizamento: solução territorial que combina uso social do solo, fortalecimento comunitário, retenção de água e estabilização do terreno por meio de espécies que contribuem para a redução do risco de deslizamentos.
- **Abertura de restaurantes populares e cozinhas comunitárias** em momentos de eventos extremos que tenham consequências como perda de moradia e renda, além de campanhas de arrecadação, pontos de doação e ações de solidariedade local.
- **Consolidação de espaços coletivos e comunitários** como espaços de coleta e distribuição de ajuda e acolhimento, evidenciando a relevância de redes comunitárias na resposta emergencial.

Vozes do **Pantanal**

Plenária Pantanal

Data: 05 de maio de 2026

Local: Escola do SUAS/MS - Campo Grande/MS

Participantes: mais de 60 mulheres e jovens

Autoridades presentes: Laís Lima Rezende - Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério das Mulheres, Maynara Nafe – Diretora Substituta de Articulação e Fomento de Programas e Projetos de Juventude na SNJ, Angélica Fontonari - Secretária Executiva de Políticas para as Mulheres de Campo Grande, Manuela Nicodemos - Subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Marcele Oliveira - Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30, Ana Cristina Trevelin - Secretária de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, Berenice Jacob - Diretora-Presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande, Viviana Dias - Pró-Reitora de Cidadania e Sustentabilidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



Com suas águas, áreas úmidas, biodiversidade singular e ciclos ecológicos próprios, o Pantanal é um dos biomas-coração da América do Sul, fundamental para o equilíbrio climático, hídrico e ecológico regional do subcontinente. Sua integridade ecológica, entretanto, depende de uma rede de relações que ultrapassa seus limites geográficos e está diretamente vinculada aos ciclos da água, à conservação do Cerrado e da Amazônia, ao uso do solo, às dinâmicas produtivas e aos processos climáticos nacionais e globais.

No entanto, o Pantanal não pode ser compreendido apenas como uma paisagem natural ou como um espaço de conservação isolado, assim como o bioma não pode ser reduzido a um cenário da crise climática ou a um ativo ambiental para compensações de carbono. Ele é um **território vivo**, formado por modos de vida, calendários agrícolas, memórias, práticas de manejo, educação do campo, extrativismo, pesca, plantas medicinais, hortas, viveiros, relações com as águas e conhecimentos acumulados historicamente pelas populações que nele vivem e o protegem. E foi justamente essa a percepção construída na Plenária do Pantanal: é um espaço atravessado, constituído e construído por mulheres, juventudes, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, assentamentos, populações urbanas periféricas, agricultoras e agricultores familiares, pescadoras e pescadores e trabalhadoras e trabalhadores que experimentam, no cotidiano, os efeitos da crise climática e das escolhas econômicas realizadas sobre o território.

A Plenária do Pantanal construiu uma leitura de que o bioma não está – e nunca esteve – isolado. Sua dinâmica é inseparável das populações que constroem relações históricas de convivência com os ciclos naturais, especialmente com os regimes de cheias e secas que organizam a vida, o trabalho e a cultura local. Por isso, a crise vivida pelo Pantanal não pode ser reduzida a uma agenda estritamente ambiental ou de preservação da natureza em sentido restrito. Ela se expressa como uma crise territorial, social, produtiva, hídrica, alimentar, política e de gênero, que afeta casas, escolas, estradas, lavouras, rios, peixes, nascentes, saúde, alimentação, trabalho, segurança, cultura, conhecimentos tradicionais e redes comunitárias de cuidado.

A partir desse acúmulo, as vozes do Pantanal apontaram os limites de um modelo de desenvolvimento que concentra benefícios econômicos, socializa danos socioambientais e transforma territórios em plataformas de exploração. Frente a esse cenário, as respostas precisam articular recuperação ecológica, soberania alimentar, proteção e regularização dos territórios tradicionais, reforma agrária popular, fiscalização de grandes empreendimentos, educação ambiental, fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia, sociobioeconomia comunitária, pesquisa comprometida com os territórios, governança interfederativa, financiamento acessível e políticas públicas construídas com perspectiva de gênero.

As discussões apontaram, portanto, para a necessidade de construção de um **novo pacto territorial para o Pantanal**: um pacto capaz de articular justiça climática, proteção ambiental, garantia de direitos, soberania alimentar, responsabilização econômica, financiamento climático acessível e participação social efetiva. Esse pacto deve proteger quem historicamente protege o território, responsabilizar atividades que

produzem degradação, garantir que recursos climáticos cheguem às comunidades e transformar experiências locais de cuidado, resistência e adaptação em políticas públicas permanentes.

Discutir o futuro do Pantanal significa formular políticas públicas com quem vivencia concretamente as queimadas, a precariedade de infraestrutura, a ausência de serviços, as barreiras de acesso às políticas e os impactos diferenciados sobre mulheres e comunidades vulnerabilizadas. Nesse sentido, a plenária expressa também uma conquista política dos movimentos sociais: a transformação da agenda ambiental em uma agenda de direitos, justiça e disputa sobre os sentidos do desenvolvimento.

1. A CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA NO BIOMA: DIAGNÓSTICO DAS VOZES DO PANTANAL

Como as mulheres e as juventudes do Pantanal enxergam a crise socioambiental e climática que o bioma está vivendo?

As vozes do Pantanal separaram o diagnóstico da crise em causas e impactos:

CAUSAS:

- Expansão de um modelo socioeconômico predatório com o bioma.
    - Modelo de desenvolvimento baseado em grandes empreendimentos, inclusive com a expansão do agronegócio e das monoculturas de celulose, eucalipto, milho, soja e pecuária como vetor de pressão e impulsor do desmatamento.
        - Práticas predatórias colaterais também impactam e degradam, como a pulverização aérea de agrotóxicos e o uso intensivo de água.
    - Crescimento da mineração predatória e nociva, de infraestruturas de alto impacto e de indústrias, sem políticas públicas adequadas em diversos espaços do bioma, tem gerado impactos sobre a água e o solo.
    - Estes são fatores que reorganizam e desestruturam os territórios, afetam a saúde das populações, pressionam as comunidades e limitam a capacidade – institucional e territorial – de resposta climática!

Experiência de Ribas do Rio Pardo (MS) e a expansão da indústria de celulose: símbolo de um padrão no qual os benefícios econômicos são prometidos como progresso, mas os custos sociais, ambientais, sanitários e territoriais recaem sobre comunidades vulnerabilizadas.

- Governança fragilizada, com a ausência de planejamento e de regulação prévia para agenda socioambiental, combinada à desarticulação entre níveis municipal, estadual e federal e falta de participação social efetiva.
- Financiamento climático inacessível e assimetria estrutural no acesso a recursos ambientais.
- Crise do conhecimento: falta de reconhecimento dos saberes tradicionais, indispensáveis para pensar soluções: "*os dados científicos são fundamentais, mas precisam dialogar com as experiências vividas*".

IMPACTOS

- *Cada vez chove mais*: Eventos extremos, como chuvas intensas, enchentes e alagamentos, ano a ano causam destruição de casas, interrupção de energia, precarização da mobilidade, ausência de drenagem e saneamento.
- *Nunca foi tão quente*: Calor extremo, seca, tempestades de areia e queimadas que afetam, de forma desproporcional, as populações e territórios mais vulnerabilizados.
- *"Eu trabalhava numa bacia, agora eu trabalho num pires"* : a crise nos ecossistemas hídricos do Pantanal: as nascentes estão secando, os rios apresentam redução na quantidade de peixes, e comunidades inteiras que dependem da pesca para subsistência enfrentam dificuldades crescentes.
- Perda de biodiversidade, alterando profundamente o equilíbrio do bioma.

Relatos de territórios que antes eram ricos em árvores, frutos e recursos naturais e que hoje se encontram degradados.

- Externalização dos custos para comunidades locais – e impactos nas populações mais vulnerabilizadas.
  - Vulnerabilidades específicas das mulheres em territórios isolados, como as do Alto Paraguai (MT) e do Fecho do Morro (MS).
- Sobrecarga das mulheres frente à eventos extremos e à defesa cotidiana do território: *"Quem permanece, sustenta a vida coletiva e protege fisicamente o território são as mulheres e as crianças. Essa permanência é, em si, uma prática política central no enfrentamento da crise climática".*

> **O Pantanal foi compreendido como território historicamente organizado pelos ciclos de cheias e secas, pela relação com a água, com a terra, com a pesca, com a agricultura, com o extrativismo, com a educação do campo e com os saberes comunitários. Por isso, os saberes indígenas, tradicionais e locais são fundamentais para a construção das soluções. A crise climática, porém, desorganiza as referências, tornando insuficientes os calendários agrícolas – antes confiáveis – e exigindo novas formas de conhecimento, adaptação e tecnologia.**

2. FRENTE A ESSE CENÁRIO, QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DAS VOZES DO PANTANAL?

Quais são os eixos de ação centrais para o bioma?

1. Promoção de políticas que mirem na construção de um novo modelo de desenvolvimento, com centralidade na justiça social e na equidade, combinadas com agendas de meio ambiente e clima
2. Fortalecimento das políticas de proteção, conservação e recuperação ambiental
3. Políticas de responsabilização dos atores que poluem, degradam e desmatam o bioma
4. Ampliação e fortificação das comunidades e garantia de direito aos territórios, inclusive com instrumentos jurídicos de titulação de terras e regularização fundiária
5. Expansão da educação ambiental popular, territorializada e crítica
6. Reconhecimento dos impactos diferenciados da crise climática, garantindo que as mulheres e as juventudes tenham destinação de políticas e recursos próprios

3. QUAIS DEVEM SER OS PRÓXIMOS PASSOS?

Propostas das vozes do Pantanal

- Ampliar as políticas de regeneração pós-incêndio e de recuperação de áreas degradadas;
- Em diálogo com o ecossistema político de outros biomas, como o Cerrado, fortalecer políticas de proteção de nascentes;
- Fortalecer a sociobioeconomia e as cadeias produtivas sustentáveis;
- Aprofundar a integração entre as políticas de diferentes setores e estados, inclusive entre os diferentes estados do Pantanal;

- Revisar e criar novas e mais áreas de conservação e reservas extrativistas, principalmente no Pantanal Sul;
- Garantir a eficácia de instrumentos de responsabilização de empresas, corporações e atores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa e pela degradação ambiental;
- Construir mecanismos de financiamento que cheguem de fato às comunidades, mulheres e juventudes;
- Revisar e reverter o modelo baseado em grandes empreendimentos;
- Construir políticas públicas garantindo participação territorial, mirando na consolidação de apoio direto a iniciativas comunitárias, priorizando populações mais vulnerabilizadas;
- Promover e fortalecer a educação política e ambiental para ampliar participação social;
- Fortalecer institucionalmente as secretarias estaduais e municipais que tratam de clima e meio ambiente, com a capacitação das equipes técnicas e a realização de novos concursos;
- Garantir transparência nos processos de licenciamento e decisão sobre financiamento climático, inclusive com a simplificação do acesso aos fundos, a criação de mecanismos específicos para comunidades locais e o direcionamento de recursos para mulheres e juventudes;
- Acelerar a titulação de territórios quilombolas, a demarcação de territórios indígenas, a regularização de assentamentos rurais e a realização de uma reforma agrária popular;
- Fortalecer a agricultura familiar com recorte de gênero e a construção de assistência técnica que dialogue com essa realidade, em substituição a programas que ainda condicionam o crédito ao uso de agrotóxico;
- Fortalecer redes de pesquisas coletivas a construção de canais para que o conhecimento produzido pelos territorialmente chegue de forma efetiva à decisão pública;
- Aumentar e qualificar medidas de proteção das mulheres em territórios isolados, com investimento em infraestrutura sustentável de conectividade e acessos a serviços de proteção;
- Promover políticas de saneamento, arborização urbana e de resposta às enchentes em espaços urbanos de alto povoamento, mirando em um planejamento urbano coerente, com critérios climáticos, drenagem, mobilidade e proteção social;
- Retomada e gestão de territórios indígenas, com reorganização das relações com a terra, a água, a alimentação e o cuidado coletivo, fortalecendo práticas tradicionais de manejo e reprodução da vida.

4. ONDE ESTÃO AS SOLUÇÕES E AS BOAS PRÁTICAS JÁ EXISTENTES NO PANTANAL?

Práticas identificadas como positivas, que trazem resultados concretos e que podem ser replicadas em outros espaços. Para sua seleção, foi realizado debate ancorado na experiência territorial e na leitura crítica das respostas existentes.

- **Agroecologia em escala territorial**, com quintais produtivos e agroflorestas em assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas, voltadas ao plantio de espécies nativas e frutíferas, à recuperação de áreas degradadas e ao fortalecimento da segurança alimentar e da autonomia das mulheres.
- **Viveiros comunitários e coleta de sementes nativas** organizados, em geral, por mulheres, articulando produção de mudas, recomposição ecológica, geração de renda e fortalecimento de redes locais de cuidado com o território.
- **Produção de sementes crioulas e bioinsumos em biofábricas comunitárias**, com redução do uso de agrotóxicos e avanço de práticas de agroecologia em assentamentos e sistemas produtivos familiares.
- **Hortas comunitárias e farmácias verdes**, reconhecidas como tecnologias sociais de forte impacto territorial, integrando produção de alimentos, saúde comunitária e saberes tradicionais.
- **Turismo de base agroecológica**, ancorado em comunidades locais e orientado como alternativa a circuitos de turismo predatório, com geração de renda e valorização dos territórios.
- **Planos e iniciativas estruturantes de restauração ecológica e produção sustentável**, como o Plano Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), combinando reflorestamento em larga escala e produção de alimentos.
- **Pesquisas feministas e comunitárias sobre impactos socioambientais**, incluindo monitoramento de grandes empreendimentos, violências territoriais e desigualdades, com produção de conhecimento situado e incidência política.
- **Iniciativas de fortalecimento institucional e produção de conhecimento crítico**, como a proposta de criação da Universidade Federal do Pantanal, voltada ao estudo do bioma e à integração regional.
- **Assistência técnica com centralidade das mulheres na agricultura familiar**, promovendo modelos produtivos de baixo impacto socioambiental e em contraposição a programas que ainda reproduzem dependência de insumos químicos.

Cabe notar que as vozes do Pantanal recusaram de forma explícita qualquer interpretação de intervenções empresariais pontuais e de curto-prazo como boas práticas, qualificando-as, em vez disso, como casos de maquiagem verde *(greenwashing)* e de captura e apropriação de lutas populares.

Vozes da **Amazônia**

Plenária Amazônia

Data: 14 de maio de 2026

Local: Centro Cultural Curro Velho - Belém/PA

Participantes: mais de 120 mulheres e jovens

Autoridades presentes: Laís Lima Rezende - Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério das Mulheres, Guilherme Barbosa - Diretor de Programas e Projetos na Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, Clarice Leonel - Diretora de Autonomia Econômica da Secretaria Estadual de Mulheres do Pará, Andrea Monteiro Puget - Secretária Municipal de Mulheres de Belém, Suane Barreirinhas - Liderança da Vila da Barca, Berg Teixeira - Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Cultural do Pará, Junior Nunes - Gestor Estadual de Juventude do Pará, Sued Marai - Assessora Técnica, especialista em participação política da Agência Alemã de Cooperação Internacional - GIZ, e Mikaelle Farias - representante da Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30.



"Não se entra na floresta sem pedir licença". A frase que abriu a Plenária da Amazônia sintetizou uma das principais mensagens políticas construídas ao longo do encontro: a Amazônia não pode ser compreendida apenas como floresta, conjunto de ecossistemas ou reserva de biodiversidade. Ela é território vivido, atravessado por corpos, saberes, espiritualidades, culturas, memórias e práticas de cuidado construídas historicamente por seus povos. A partir dessa perspectiva, as vozes da Amazônia reafirmaram que qualquer debate sobre o futuro do bioma precisa partir do reconhecimento de quem vive, protege e produz vida no território.

Nesse sentido, mulheres e juventudes amazônidas, em sua diversidade, colocaram uma questão central: quem fala pela Amazônia e quem decide sobre ela? A realização da COP30 em Belém ampliou a visibilidade dessas disputas e fortaleceu espaços de participação social, mas a plenária reforçou que a luta socioambiental não nasceu na COP30 e tampouco se encerra nela. Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, organizações de periferias urbanas e movimentos de juventudes defendem seus territórios e seus modos de vida há séculos. Por isso, a participação social não pode se limitar à presença simbólica em eventos ou processos de consulta. Presença, visibilidade e escuta somente se traduzem em justiça climática quando resultam em participação efetiva nos processos de tomada de decisão que afetam os territórios.

A Plenária da Amazônia construiu uma leitura da crise climática como uma crise territorial, social, econômica, alimentar, urbana, racial, geracional, de gênero, de governança e de reconhecimento político. Os impactos climáticos foram compreendidos como processos que aprofundam desigualdades já existentes e reorganizam a vida cotidiana: afetam formas de trabalho, produção, alimentação, circulação, saúde, cultura e permanência nos territórios. Ao mesmo tempo, as discussões apontaram que **a crise não pode ser separada dos modelos de desenvolvimento historicamente impostos à Amazônia**, marcados pela exploração predatória dos recursos naturais, pela pressão sobre territórios tradicionais e pela invisibilização dos conhecimentos e práticas que sustentam o bioma.

A partir desse acúmulo, as vozes da Amazônia apontaram para a necessidade de uma **nova pactuação territorial, climática, social e democrática para o bioma**. Essa pactuação exige reconhecer que é preciso pedir licença aos territórios antes de falar em nome da floresta; garantir que a Amazônia participe das decisões que dizem respeito ao seu próprio futuro; transformar processos de escuta em políticas públicas permanentes; fortalecer organizações comunitárias; proteger defensoras e defensores dos territórios; garantir a titulação de territórios quilombolas, indígenas, ribeirinhos e de assentamentos; combater o garimpo ilegal e outras formas de degradação; assegurar direitos básicos como água potável, saneamento, energia e conectividade; e reconhecer as especificidades do chamado fator amazônico na formulação de políticas públicas.

A plenária também destacou que o futuro climático da Amazônia passa pelo fortalecimento de formas de desenvolvimento baseadas na **sociobioeconomia e no protagonismo dos povos do território**, **especialmente das mulheres amazônidas**. Nesse pro-

cesso, é fundamental impedir que agendas como bioeconomia, financiamento climático e compensações ambientais sejam capturadas por lógicas que reproduzem desigualdades ou transformam a floresta em ativo econômico dissociado de seus povos. A mensagem central das vozes da Amazônia é que, **sem as populações que vivem, cuidam, plantam, pescam, denunciam, educam e organizam o território, o bioma corre o risco de ser reduzido a um símbolo, uma marca ou uma mercadoria**. Com elas, permanece como território vivo, memória, cultura, alimento, resistência e possibilidade concreta de justiça climática.

1. A CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA NO BIOMA: DIAGNÓSTICO DAS VOZES DA AMAZÔNIA

Como as mulheres e as juventudes da Amazônia enxergam a crise socioambiental e climática que o bioma está vivendo?

Crise climática, socioambiental e de desigualdades

- Intensificação de eventos climáticos extremos, inclusive estiagens severas, afetando a agricultura familiar e os modos de vida tradicionais, inclusive a pesca artesanal.
- Crise alimentar estrutural, com dependência crescente de cadeias fragilizadas e perda de sistemas locais de produção e troca de alimentos.
- Desigualdade na exposição aos impactos climáticos, com efeitos mais intensos sobre populações rurais, ribeirinhas e periféricas.

Pressão sobre os territórios e os modos de vida

- Amazônia como território de saque e exploração, com o avanço da mineração, da extração de recursos naturais e da privatização de terras e bens comuns.
- Conflitos socioambientais associados ao agronegócio, ao garimpo ilegal e a grandes empreendimentos, incluindo o uso de agrotóxicos e violência territorial.
- Contaminação de rios por mercúrio e outros poluentes, com impactos na saúde, na pesca e na segurança alimentar.
- Esgotamento dos ecossistemas locais, tornando a reprodução da vida e da agricultura cada vez mais difícil e impulsionando processos de migração.

“As pessoas que seguem resistindo nos territórios são vítimas de ameaças quando negam as dinâmicas do desenvolvimento predatório, como a pulverização de agrotóxicos nas casas e nas terras de agricultores”.

Governança frágil e captura institucional

- Fragilidade dos conselhos e espaços de participação social, com baixa efetividade e ocupação política restrita.
- Silenciamento e cooptação de lideranças e organizações por interesses econômicos e políticos, enfraquecendo a autonomia comunitária.
- Crise urbana e ausência de adaptação climática: Cidades amazônicas não planejadas para adaptação à crise climática, com baixa infraestrutura,vulnerabilidade a enchentes, saneamento precário e exposição a riscos ambientais.

Barreiras de financiamento e desigualdade de acesso a políticas

- Alta burocratização de editais e programas públicos, dificultando acesso de organizações de base e favorecendo a concentração de recursos em organizações e instituições já estruturadas.
- Exigências técnicas complexas, necessidade de consultorias externas e dificuldades de prestação de conta, inclusive com a exclusão de coletivos sem CNPJ.
- Modelos de financiamento climático pouco adaptados à realidade amazônica (distâncias, logística, diversidade sociocultural).

Déficits de infraestrutura e serviços essenciais

- Falta de água e de saneamento com impactos na saúde pública, incluindo a desnutrição infantil.
- Acesso precário à energia elétrica em comunidades rurais e ribeirinhas, com infraestrutura instável e riscos associados.
- Perda de segurança alimentar associada à degradação ambiental e à mudança dos sistemas produtivos.

Desafios de conhecimento, comunicação e educação

- Desconhecimento sobre direitos, políticas públicas e instrumentos de financiamento.
- Insuficiência de educação ambiental contínua e formação política nos territórios.

2. FRENTE A ESSE CENÁRIO, QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DAS VOZES DA AMAZÔNIA?

Quais são os eixos de ação centrais para o bioma?

1. Proteção e garantia dos territórios tradicionais como base da política climática
2. Segurança alimentar e fortalecimento da produção local, incluindo a agricultura familiar, a agroecologia e o extrativismo sustentável
3. Proteção de rios e das águas amazônicas, com foco em saneamento e no combate à contaminação por mercúrio

4. Ampliação do acesso a serviços básicos: água potável, energia acessível e infraestrutura sustentável
5. Fortalecimento da governança participativa, com protagonismo das mulheres, juventudes e de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais
6. Democratização do acesso ao financiamento climático e aos recursos públicos
7. Proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e socioambientais, diante da violência territorial
8. Educação ambiental, formação política e comunicação comunitária como eixos estruturantes
9. Fortalecimento da sociobioeconomia e de suas cadeias produtivas sustentáveis, com foco na geração de renda digna e na promoção da autonomia das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais

3. QUAIS DEVEM SER OS PRÓXIMOS PASSOS?

Propostas das vozes da Amazônia

Governança e participação social

- Fortalecimento dos conselhos de meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável.
- Ampliação da participação efetiva de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres e jovens nos espaços decisórios.
- Garantia de controle popular e territorial sobre políticas ambientais e climáticas.

Proteção territorial e direitos

- Ampliação da titulação de territórios tradicionais, inclusive quilombola e terras indígenas.
- Proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e socioambientais.
- Participação direta das comunidades na formulação, implementação e monitoramento das políticas ambientais, garantindo uma atuação crítica e vigilante.

Financiamento e economia da base

- Simplificação de editais e dos processos de prestação de contas.
- Criação de mecanismos específicos para organizações comunitárias.
- Reconhecimento de coletivos sem CNPJ com modelos alternativos de gestão.
- Maior transparência e descentralização na distribuição de recursos.
- Incorporação do “fator amazônico” no financiamento climático (distâncias, logística, diversidade sociocultural, custos diferenciados).

Políticas públicas estruturantes

- Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar como política de geração de renda e de segurança alimentar.
- Ampliação do acesso à água potável, saneamento básico e energia elétrica.
- Aprimoramento da infraestrutura em comunidades rurais e ribeirinhas.

Educação, comunicação e formação política

- Investimento em educação popular e comunicação comunitária.
- Ampliação do acesso à informação sobre direitos e políticas públicas.
- Formação de lideranças locais e fortalecimento de capacidades organizativas.
- Combate à desinformação e ampliação da circulação de conhecimento nos territórios.

Desenvolvimento sustentável e justiça climática

- Promoção de modelos produtivos sustentáveis baseados em agricultura familiar, extrativismo e práticas tradicionais.
- Redução da dependência de modelos econômicos predatórios e fortalecimento das economias locais.
- Integração entre políticas climáticas, sociais e territoriais, com enfoque em justiça climática.

4. ONDE ESTÃO AS SOLUÇÕES E AS BOAS PRÁTICAS JÁ EXISTENTES NA AMAZÔNIA?

Práticas identificadas como positivas, que trazem resultados concretos e que podem ser replicadas em outros espaços. Para sua seleção, foi realizado debate ancorado na experiência territorial e na leitura crítica das respostas existentes.

- **Processos de escuta, rodas de conversa e cuidado em saúde mental**, voltados especialmente para mulheres ribeirinhas, quilombolas e periféricas, como estratégia comunitária de enfrentamento a enchentes, insegurança alimentar e sofrimento psíquico.
- **Saúde mental territorializada e atendimento descentralizado**, com iniciativas que levam psicólogas e facilitadoras até comunidades com difícil acesso a equipamentos públicos (CRAS), fortalecendo o cuidado no próprio território.
- **Quintais vivos, agroecologia e soberania alimentar**, com cultivo de plantas medicinais, produção familiar e fortalecimento de feiras agroecológicas locais como espaços de circulação econômica e alimentar.

- **Feiras agroecológicas comunitárias**, realizadas periodicamente, integrando produção local, comercialização direta e fortalecimento da economia de base feminina.
- **Arte-educação, cultura e saúde comunitária**, com uso da música (como o carimbó) e de espaços culturais para debate sobre trabalho precário, maternidade solo e desigualdades sociais.
- **Educação ambiental comunitária e práticas de pós-enchente**, incluindo oficinas e palestras sobre manejo de resíduos, reciclagem e adaptação a eventos climáticos extremos em áreas de palafita.
- **Formação profissional, auto-organização e economia solidária feminista**, com foco na autonomia econômica das mulheres, fortalecimento de redes produtivas e construção de alternativas ao trabalho precarizado.
- **Economia feminista e empreendimentos de base comunitária**, como biodesign amazônico e produção de biojoias, articulando geração de renda, identidade territorial e sustentabilidade.
- **Projetos de educação climática para juventudes**, como "Empodera Clima", voltados ao fortalecimento de meninas e jovens na compreensão da crise climática e na construção de protagonismo político.
- **Gestão comunitária de resíduos e economia circular**, como o projeto "Seu Lixo Nosso Luxo", que transforma resíduos em fonte de renda e promove educação ambiental.
- **Práticas de consumo responsável e organização coletiva de eventos**, incluindo políticas internas de redução de descartáveis e ultraprocessados em encontros comunitários.
- **Articulação institucional e fortalecimento de políticas locais para mulheres**, com atuação em conselhos municipais e iniciativas como "Eles por Elas", ampliando a presença feminina na governança.
- **Encontros territoriais e redes de articulação social (Malungo e outros espaços)**, fortalecendo troca de experiências e organização política entre comunidades.

Vozes da **Caatinga**

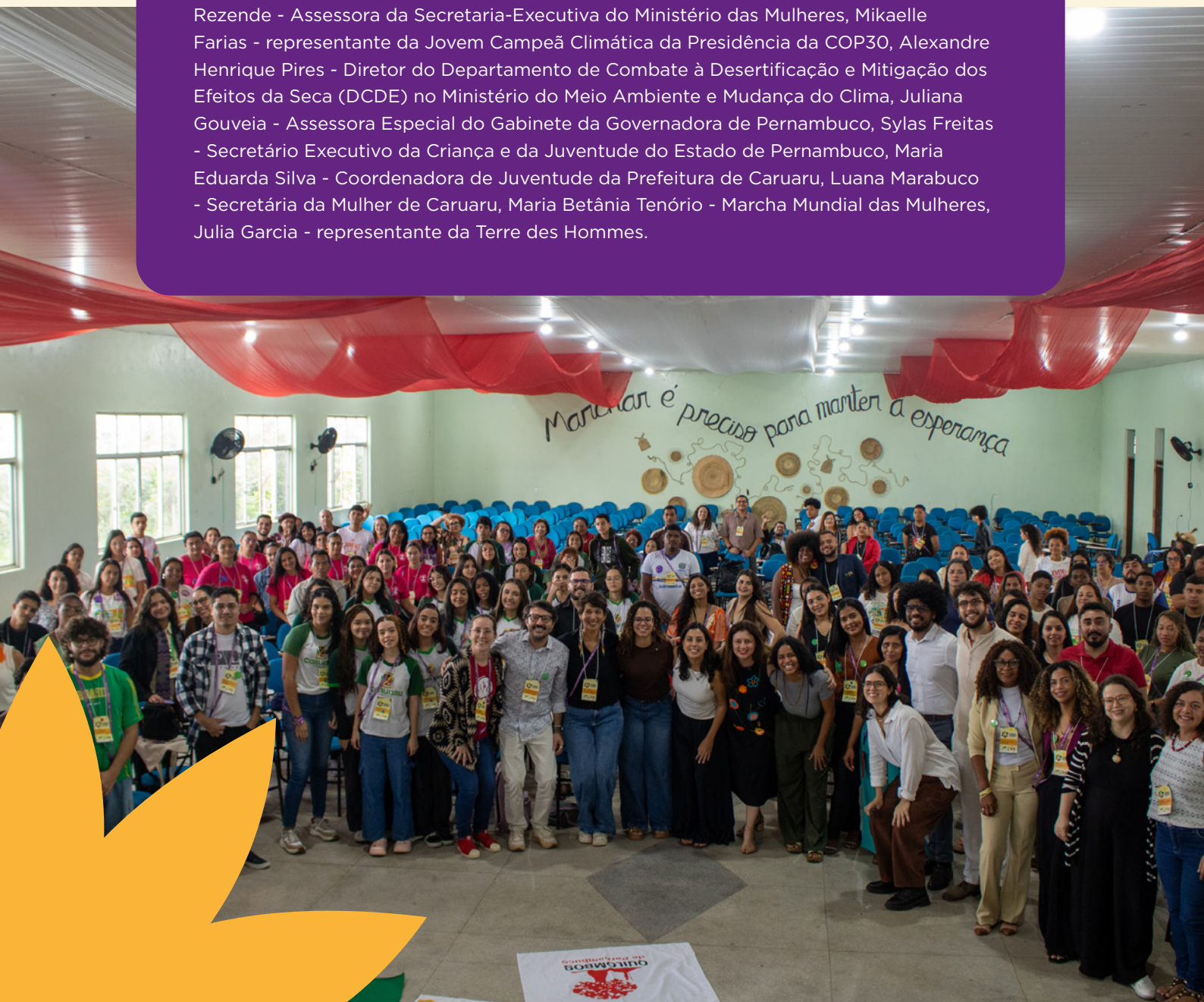
Plenária Caatinga

Data: 27 de maio de 2026

Local: Centro de Formação Paulo Freire - Assentamento Normandia - Caruaru/PE

Participantes: mais de 150 mulheres e jovens

Autoridades presentes: Vitória Genuíno - Secretária Nacional de Juventude, Laís Lima Rezende - Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério das Mulheres, Mikaelle Farias - representante da Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30, Alexandre Henrique Pires - Diretor do Departamento de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (DCDE) no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Juliana Gouveia - Assessora Especial do Gabinete da Governadora de Pernambuco, Sylas Freitas - Secretário Executivo da Criança e da Juventude do Estado de Pernambuco, Maria Eduarda Silva - Coordenadora de Juventude da Prefeitura de Caruaru, Luana Marabuco - Secretária da Mulher de Caruaru, Maria Betânia Tenório - Marcha Mundial das Mulheres, Julia Garcia - representante da Terre des Hommes.



A Caatinga é um bioma marcado pela resiliência. Seus ecossistemas desenvolveram, ao longo de milhares de anos, capacidades singulares de adaptação às condições de semiárido, como a conservação de água, a regeneração da vegetação e o armazenamento de carbono no solo. Sua biodiversidade é única, assim como suas expressões culturais, seus modos de vida, seus saberes e suas formas históricas de convivência com o território. Por isso, as vozes da Caatinga afirmam que o bioma não pode ser compreendido como paisagem seca, vazio demográfico ou espaço a ser apenas protegido. A **Caatinga é um território vivo, em permanente transformação**, formado por comunidades quilombolas, povos indígenas, agricultoras e agricultores familiares, pescadoras e pescadores artesanais, juventudes rurais, movimentos de mulheres, populações urbanas periféricas, organizações comunitárias, experiências agroecológicas, redes de cuidado e práticas construídas historicamente a partir da relação com o semiárido.

Nesse contexto, as vozes da Caatinga já afirmam: a crise climática e socioambiental é uma realidade que já reorganiza a vida cotidiana nos territórios. As mudanças nos regimes de chuva, a intensificação das secas, as alterações nos cursos d'água, a degradação dos solos e a perda de biodiversidade não são fenômenos abstratos: produzem efeitos concretos sobre alimentação, produção, renda, saúde, mobilidade, permanência territorial e relações comunitárias. A crise climática afeta calendários agrícolas, compromete práticas tradicionais de cultivo, amplia incertezas sobre o futuro, pressiona territórios tradicionais, intensifica desigualdades históricas e evidencia que os impactos ambientais recaem de forma desigual sobre populações que já enfrentam vulnerabilidades sociais, econômicas e territoriais.

A partir dessa leitura, a Plenária da Caatinga foi orientada por uma pergunta central: o que precisa permanecer nos territórios após a COP30? Essa questão expressa a compreensão de que a justiça climática não pode se limitar aos grandes eventos internacionais ou permanecer restrita a debates institucionais distantes das comunidades. Ela precisa se traduzir em processos permanentes de formação, organização, financiamento, incidência política e fortalecimento das capacidades locais. A agenda climática, portanto, deve reconhecer e apoiar os sujeitos que historicamente convivem com o bioma e que já constroem respostas concretas para enfrentar seus desafios.

Uma das principais mensagens políticas da plenária foi a **afirmação da Caatinga como potência**. Um bioma exclusivamente brasileiro, com biodiversidade, paisagens, conhecimentos, culturas e formas de manejo que não existem em nenhum outro lugar do mundo. A Caatinga recusa narrativas que a apresentam apenas pela falta, pela escassez ou pela vulnerabilidade: ela é **território de criação, memória, conhecimento e resistência**. É o território de povos e comunidades que preservam saberes ancestrais, produzem alimentos, constroem tecnologias sociais de convivência com o semiárido e mantêm vivas relações profundas com a terra, a água e a coletividade.

Nesse sentido, as vozes da Caatinga reafirmaram que proteger o bioma significa reconhecer e fortalecer as pessoas que o sustentam. A Caatinga de Luiz Gonzaga e Paulo Freire também é a Caatinga de agricultoras e agricultores, povos tradicionais, mulheres, juventudes e organizações comunitárias que seguem disputando outros futu-

ros possíveis. Mais do que um espaço marcado apenas pela seca, a Caatinga é território de cultura, educação popular, luta, inovação, ancestralidade e resistência – e sua proteção exige políticas públicas capazes de valorizar seus povos, seus saberes e suas formas próprias de existir.

1. A CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA NO BIOMA: DIAGNÓSTICO DAS VOZES DA CAATINGA

Como as mulheres e as juventudes da Caatinga enxergam a crise socioambiental e climática que o bioma está vivendo?

- *O clima que muda, a vida que sente*
  - *Mudança do calendário da natureza:* Ruptura dos regimes de chuva, com perda de previsibilidade dos calendários agrícolas, dificuldade de planejamento produtivo e fragilização da agricultura familiar.
  - *Erosão de saberes tradicionais*: Processo de desvalorização e substituição de epistemologias locais pelo modelo agroindustrial e perda de conhecimentos sobre leitura das chuvas, manejo da terra, plantas medicinais e formas comunitárias de vida.
  - *A seca tá mais seca*: Comprometimento da soberania alimentar, expresso na perda de safras, redução da produção de alimentos, dificuldade de plantio e colheita e aumento da insegurança alimentar.
  - *Aqui também tá quente demais*: Aumento da temperatura, calor extremo e intensificação da escassez hídrica, com impactos diretos sobre a reprodução da vida no semiárido.
  - *Rios, mares e modos de vida sob pressão*: Crise hídrica e degradação dos recursos naturais, incluindo assoreamento, poluição de rios, degradação de nascentes e situação crítica de cursos d'água como o Ipojuca e o Itapecuru.
    - Colapso de ecossistemas aquáticos e da pesca artesanal, com perda de biodiversidade, alterações em rios, lagos e marés e avanço de empreendimentos que pressionam modos de vida tradicionais.
- *A expansão dos modelos predatórios sobre os territórios*
  - Pressão estrutural do agronegócio sobre os modos de vida: Substituição de práticas diversas por monocultura, uso intensivo de agrotóxicos e ruptura de vínculos comunitários e reconfiguração socioecológica dos territórios sob hegemonia do agronegócio.
    - Desmatamento, supressão de vegetação, degradação ambiental e perda de biodiversidade, com redução de habitats e capacidade de resiliência dos ecossistemas, diminuição de polinizadores e desequilíbrios ecológicos.

- Expansão de vetores econômicos predatórios, incluindo agrotóxicos (com pulverização por drones), grandes empreendimentos de alto impacto socioambiental, poluição industrial e degradação de territórios pela monocultura.
    - Impactos de grandes empreendimentos energéticos e industriais, incluindo usinas solares com desmatamento, que provocam ainda maior concentração fundiária e redução de áreas produtivas; parques eólicos com impactos na qualidade de vida digna, na saúde e na capacidade produtiva das comunidades.



A expansão da indústria têxtil no Agreste tem ocasionado ainda maior contaminação de rios e precarização do trabalho, inclusive feminino e infantil.

- Impactos sociais, políticos, econômicos e ambientais sobre o povo da Caatinga
    - Urbanização e perda de habitats naturais, com deslocamento para áreas urbanas devido à destruição de seus territórios e à migração de populações como estratégia de sobrevivência e subsistência diante da instabilidade produtiva e climática, o que esvazia política, social e produtivamente os territórios do bioma.
    - Precarização das condições de vida e trabalho, associada à poluição, degradação ambiental e reorganização desigual dos territórios.
    - Erosão de pertencimento territorial e de vínculos culturais com o bioma, associada à perda de saberes ancestrais e fragilização das narrativas locais.



Transição energética sim, mas não assim!

- *Inadequação das políticas públicas à heterogeneidade dos territórios*: descompasso do Estado frente à diversidade territorial
    - Enfraquecimento da governança ambiental e rural nos territórios, com conselhos municipais de meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável fragilizados e subfinanciados.
    - Baixa institucionalidade da pauta da juventude nos municípios do interior, com ausência ou fragilidade de secretarias específicas.
    - Desigualdade no acesso a políticas públicas e instrumentos de financiamento, marcada por alta burocratização de editais e baixa capilaridade do financiamento climático nos territórios.
    - Déficit de articulação institucional entre níveis de governo e sociedade civil, com comunicação fragmentada e pouca integração federativa.

2. FRENTE A ESSE CENÁRIO, QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DAS VOZES DA CAATINGA?

Quais são os eixos de ação centrais para o bioma?

1. Fortalecimento da soberania alimentar, com centralidade da agricultura familiar, da pesca artesanal e dos modos de vida tradicionais
2. Proteção e recuperação dos recursos hídricos, com foco em rios, nascentes e sistemas de saneamento ambiental
3. Redução da vulnerabilidade de mulheres e das juventudes da Caatinga, especialmente das juventudes rurais
4. Regulação e responsabilização de grandes empreendimentos econômicos e energéticos, com exigência de transparência, avaliação de impactos e proteção de comunidades locais
5. Promoção de uma transição energética justa, distinguindo projetos de transição de práticas que reproduzem desigualdades e impactos socioambientais
6. Valorização e proteção dos saberes tradicionais e tecnologias sociais e seu reconhecimento como solução climática e ambiental
7. Fortalecimento da permanência no território via fortalecimento da economia local e territorial
8. Água, moradia e alimento como eixos estruturantes de política pública para a Caatinga
9. Regularização fundiária e justiça territorial, incluindo demarcação de terras indígenas, titulação de territórios quilombolas e reforma agrária popular
10. Reconhecimento da Caatinga como bioma potente, ambiental, cultural e climático, para o equilíbrio ecológico do país

3. QUAIS DEVEM SER OS PRÓXIMOS PASSOS?

Propostas das vozes da Caatinga

- Ampliar processos de formação e educação ambiental, com foco nas comunidades como agentes multiplicadores de conhecimento e em políticas educacionais territorializadas;
- Fortalecer espaços de diálogo e troca, incluindo plenárias, oficinas e processos territoriais de escuta e construção coletiva;
- Defender e ampliar políticas públicas de preservação da Caatinga, com proteção efetiva de ecossistemas e biodiversidade;

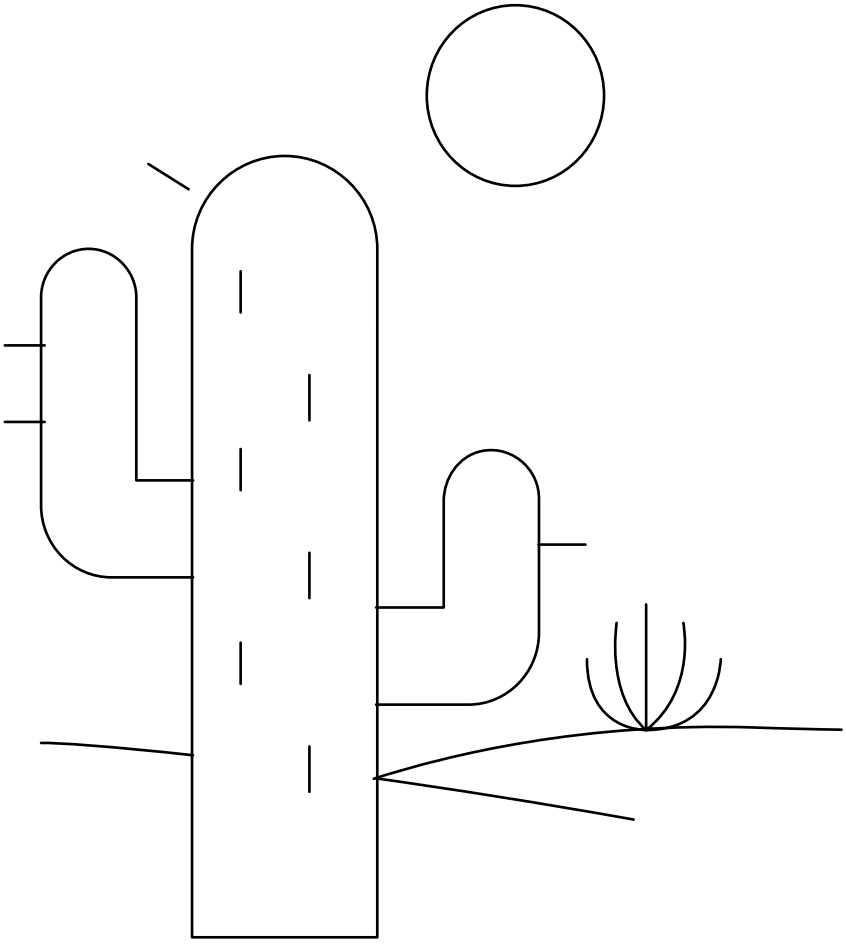
- Fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia, a pesca artesanal e os modos de vida tradicionais, como base da sustentabilidade territorial;
- Instituir mecanismos, com participação comunitária, de monitoramento e denúncia de violações socioambientais;
- Garantir critérios de justiça social e ambiental na transição energética, assegurando direitos de populações afetadas;
- Valorizar a Caatinga como patrimônio estratégico nacional, articulando dimensão ambiental, cultural e climática no planejamento público;
- Transformar tecnologias sociais em política pública, garantindo reconhecimento institucional dos saberes tradicionais;
- Reativar e fortalecer os conselhos municipais e estaduais de meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável, com garantia de financiamento público contínuo;
- Criar um fundo permanente para a Caatinga, inspirado em mecanismos como o Fundo Amazônia, assegurando financiamento de longo prazo;
- Garantir que o financiamento climático chegue diretamente a organizações e movimentos territoriais, desburocratizando o acesso a editais públicos e ampliar a inclusão de organizações locais;
- Avançar na demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas;
- Implementar reforma agrária como eixo estruturante de justiça territorial;
- Fortalecer mecanismos de fiscalização de usinas solares e eólicas;
- Monitorar os impactos sobre a saúde e as condições de vida, especialmente de mulheres;
- Garantir benefícios concretos e redistribuição de ganhos para comunidades locais;
- Implementar e fortalecer o Programa Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Pronacampo) como política de permanência da juventude no campo;
- Fortalecer a institucionalidade da pauta da juventude por meio da criação de secretarias específicas nos municípios do interior;
- Desenvolver metodologias de sensibilização baseadas em arte, cultura e comunicação territorial;
- Formar agentes territoriais com enfoque em narrativas socioambientais e articulação entre biomas;
- Valorizar os saberes ancestrais como estratégia de fortalecimento do pertencimento ao bioma;
- Ampliar espaços de articulação entre governo federal, estadual, municipal e sociedade civil;
- Reforçar práticas de escuta ativa das populações mais impactadas como base para a formulação de políticas públicas.

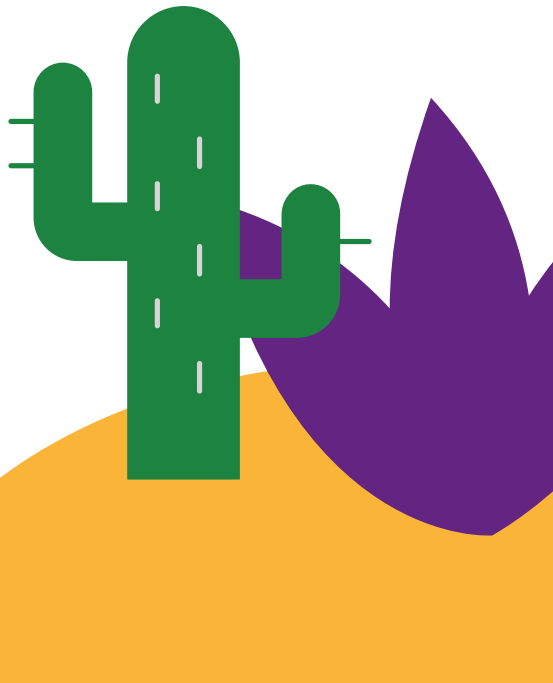
4. ONDE ESTÃO AS SOLUÇÕES E AS BOAS PRÁTICAS JÁ EXISTENTES NA CAATINGA?

Práticas identificadas como positivas, que trazem resultados concretos e que podem ser replicadas em outros espaços. Para sua seleção, foi realizado debate ancorado na experiência territorial e na leitura crítica das respostas existentes.

- **Quintais produtivos, hortas domésticas e comunitárias,** como estratégias de produção de alimentos, fortalecimento da autonomia econômica, segurança alimentar e cuidado ambiental em territórios urbanos e rurais.
- **Agroecologia e produção orgânica,** com fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis, valorização da agricultura familiar e redução dos impactos ambientais.
- **Restauração ecológica e cuidado com os recursos naturais,** incluindo reflorestamento, replantio de espécies nativas, arborização de áreas degradadas, recuperação de nascentes e práticas de resgate e proteção da água.
- **Feiras agroecológicas e circuitos locais de comercialização,** promovendo a circulação de alimentos saudáveis, geração de renda e fortalecimento de produtores e produtoras locais.
- **Ações comunitárias de proteção de rios e corpos hídricos,** incluindo limpeza de rios e barragens, articulando preservação ambiental, mobilização social e cuidado coletivo.
- **Reciclagem, reaproveitamento de resíduos e economia circular,** incluindo iniciativas com coco, papelão e outros materiais, combinando geração de renda, proteção ambiental, autonomia comunitária e fortalecimento de redes sociais.
- **Mutirões comunitários e redes de solidariedade,** incluindo cozinhas solidárias, brechós, bazares e arrecadação de alimentos, como estratégias coletivas de resposta a situações de crise, enchentes e secas.
- **Educação popular, formação política e educação contextualizada,** incluindo escolas de formação no semiárido, Educação de Jovens e Adultos (EJA) adaptada aos territórios e formação técnica em agropecuária, articulando conhecimentos locais e permanência no território.
- **Formações feministas e práticas comunitárias de cuidado,** fortalecendo a organização coletiva, a autonomia das mulheres e novas formas de gestão comunitária.
- **Estratégias de permanência e retorno da juventude aos territórios,** articulando educação, formação profissional, geração de oportunidades e valorização dos vínculos com o lugar.

- **Organização comunitária** de mulheres, juventudes, agricultoras, povos indígenas e populações urbanas, como base para práticas de cuidado, produção, proteção ambiental e enfrentamento da crise climática.
- **Respostas territoriais integradas à crise climática,** conectando dimensões rurais e urbanas e reconhecendo a relação entre mudanças climáticas, moradia, saneamento, enchentes e vulnerabilidades sociais.
- **Assistência técnica e extensão rural (ATER)** como política estruturante, voltada à agricultura familiar, agroecologia e autonomia produtiva das mulheres, superando modelos de apoio pontual.
- **Articulação entre iniciativas comunitárias e políticas públicas permanentes,** reconhecendo o papel do Estado na garantia de direitos e serviços essenciais, como saneamento, moradia, financiamento, cisternas e assistência técnica.





Vozes do **Pampa**

Plenária Pampa

Data: 10 de junho de 2026

Local: Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região - Porto Alegre/RS

Participantes: mais de 90 mulheres e jovens

Autoridades presentes: Guilherme Barbosa - Diretor de Programas e Projetos na Secretaria Nacional de Juventude, Alicia Rosler - Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério das Mulheres, Luisa Barreto - Representante da Campeã de Juventude da COP30, Daniela Pavani - Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Carina Bernardi - Diretora de Enfrentamento à Violência da Secretaria Estadual de Mulheres do Rio Grande do Sul, Olívia Trevisani Bertolini Monteiro - Representante da Coordenadoria da Mulher de Porto Alegre e Miguel Rosseto - Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.



"A nossa luta é hoje fazer com que sejam reconhecidos os saberes ancestrais do Pampa". A frase que abriu a Plenária do Pampa sintetizou uma das principais mensagens construídas ao longo do encontro: o bioma não pode ser compreendido como paisagem, área produtiva ou espaço disponível para conversão econômica, porque ele é muito mais que isso. O **Pampa é território vivo, formado por relações históricas entre natureza, cultura, trabalho, memória e modos de vida**. Reconhecer o bioma significa reconhecer também os conhecimentos construídos por povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares, pecuaristas familiares, pescadores, juventudes, mulheres, comunidades tradicionais e populações urbanas que mantêm vínculos profundos com seus territórios.

A Plenária do Pampa construiu uma leitura do bioma como território estratégico e, ao mesmo tempo, historicamente invisibilizado. Apesar de sua biodiversidade singular, de sua capacidade de estocar carbono no solo, de sua importância para a conservação da água e de sua diversidade sociocultural, o Pampa ainda é frequentemente tratado como "campo vazio" ou área degradada, como se a ausência de grandes formações florestais significasse ausência de vida. Isso tem sido acompanhado de uma leitura de que, no bioma, inexistem povos e comunidades tradicionais – processo violento de apagamento tradicional e ancestral. Essa **invisibilidade ecológica e social** foi apontada como parte central da crise: muitas vezes, campos nativos, banhados, nascentes, sangas e butiazais são convertidos em monoculturas por modelos produtivos que desconsideram a existência de biodiversidade, água, carbono, cultura, memória e trabalho associados ao território.

Nesse contexto, a crise climática e socioambiental foi compreendida como expressão de uma disputa mais ampla sobre o futuro do Pampa. As transformações aceleradas da paisagem, impulsionadas pela expansão da monocultura – principalmente da soja, da silvicultura, do eucalipto e da celulose –, da mineração, da construção civil de alto impacto e de outros modelos de ocupação econômica, evidenciam os limites de um modelo de desenvolvimento que pressiona ecossistemas, concentra renda, distribui desigualdades e fragiliza comunidades e territórios. A mudança do clima no Pampa é, portanto, uma questão ambiental, mas que se combina com uma crise territorial, produtiva, social e política, que afeta formas de produzir alimentos, permanecer no campo, transmitir saberes e garantir modos de vida historicamente construídos.

Por isso, as vozes do Pampa também **recusaram uma compreensão restrita da transição climática baseada apenas em carbono**, **métricas de mercado ou soluções tecnológicas descoladas dos territórios**. Em seu lugar, o Pampa afirmou a necessidade de uma **transição justa, territorializada, feminista, popular e agroecológica**, capaz de enfrentar desigualdades acumuladas e fortalecer práticas que já demonstram caminhos de convivência com o bioma. Experiências baseadas na pecuária de produção popular em campos nativos, na agroecologia, na conservação de sementes, no extrativismo sustentável, nos sistemas produtivos integrados e na organização comunitária foram apresentadas como parte das soluções climáticas construídas pelos próprios territórios.

A mensagem central da Plenária do Pampa é que o futuro do bioma depende de um novo pacto territorial, capaz de reconhecer e proteger seus campos, águas, comunidades e saberes. Está em disputa a conservação ambiental do Pampa – e, mais ampla-

mente, o modelo de desenvolvimento que definirá sua permanência como território vivo. Proteger o Pampa significa garantir biodiversidade, segurança alimentar, água, cultura, memória e condições dignas para que seus povos continuem existindo e produzindo vida no território.

1. A CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA NO BIOMA: DIAGNÓSTICO DAS VOZES DO PAMPA

Como as mulheres e as juventudes do Pampa enxergam a crise socioambiental e climática que o bioma está vivendo?

Crise climática como crise social, territorial e de infraestrutura

- Intensificação de eventos extremos – principalmente enchentes, inundações, secas, chuvas intensas e ondas de calor.
- Colapso e/ou insuficiência de infraestrutura urbana e rural, sobretudo em matéria de drenagem, esgoto, energia, acesso à água. Efeitos agravados por decisões políticas: falta de manutenção, aterros, ocupação inadequada e gestão precária de resíduos.
- *A crise é geral, mas é desigual*: Desigualdade territorial na resposta estatal: áreas periféricas, ilhas e territórios populares são mais afetados e menos protegidos.

Pressão sobre o bioma e mudanças no uso da terra

- Expansão de soja, eucalipto, celulose, monoculturas de fumo e mineração predatória
  - Conversão de campos nativos e degradação de sangas, nascentes e banhados.
  - Deriva de agrotóxicos afetando comunidades e produção familiar.
- Percepção social do Pampa como “terra vazia” ou disponível para ocupação.

Insegurança hídrica e alimentar

- Falta de água potável e contaminação de águas e secamento de nascentes em comunidades rurais e quilombolas.
- Impactos climáticos na produção agrícola e nos preços dos alimentos.
- Perda de autonomia produtiva em territórios tradicionais.

Desigualdades sociais, raciais e territoriais

- Racismo ambiental e desigualdade na distribuição dos impactos climáticos.
- Maior vulnerabilidade de quilombolas, povos indígenas, periferias urbanas, agricultores familiares e juventudes.

- Violência territorial e pressão sobre comunidades tradicionais.
- Gentrificação urbana e expulsão de populações negras de áreas valorizadas.

Erosão dos modos de vida e ruptura geracional

- Êxodo de jovens rurais e enfraquecimento da permanência no campo.
- Perda de transmissão de saberes tradicionais ligados ao bioma.
- Distanciamento entre universidade, extensão rural e produtores.

Fragilidade institucional e de políticas públicas

- Existência de políticas relevantes, mas com baixa efetividade e acesso: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Terra Jovem.
- Burocracia e barreiras institucionais para acesso a crédito e programas de financiamento.
- Ausência ou insuficiência de políticas de adaptação climática.
- Falta de unidades de conservação específicas para o Pampa.

2. FRENTE A ESSE CENÁRIO, QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DAS VOZES DO PAMPA?

Quais são os eixos de ação centrais para o bioma?

1. Não estamos à venda e não somos território de conquista! Reconhecimento do Pampa como bioma estratégico – e não degradado, "vazio" ou comercializável
2. Proteção dos campos nativos, banhados, nascentes e sangas
3. Garantia de água potável, saneamento básico e infraestrutura de adaptação
4. Fortalecimento da agricultura familiar, de práticas de manejo sustentável do solo, da pecuária familiar e dos sistemas tradicionais
5. Regularização fundiária, titulação de territórios quilombolas e assentamentos e demarcação e reconhecimento de territórios indígenas no bioma
6. Redução das desigualdades territoriais na resposta a eventos climáticos, com especial atenção e destinação de políticas e recursos às mulheres e às juventudes
7. Fortalecimento de políticas de permanência da juventude no campo
8. Ampliação da educação ambiental contextualizada ao território
9. Implementação efetiva (e não apenas formal) das políticas públicas existentes
10. Transição justa que enfrente monoculturas, mineração e silvicultura predatória

3. QUAIS DEVEM SER OS PRÓXIMOS PASSOS?

Propostas das vozes do Pampa

- Criar e fortalecer unidades de conservação específicas para o Pampa.
- Fortalecer políticas de apoio à pecuária em campo nativo, agroecologia e sistemas silvipastoris.
- Ampliar acesso efetivo ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com orientação técnica adequada em instituições financeiras, e à Assistência técnica e extensão rural (ATER).
- Simplificar e territorializar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ajustando calendários às safras locais.
- Apoiar cooperativas, associações e redes de comercialização da agricultura familiar.
- Incentivar sistemas agroflorestais e conservação de sementes crioulas.
- Desenvolver políticas de permanência da juventude rural com renda, educação e terra.
- Expandir educação ambiental urbana e rural conectada às realidades locais.
- Garantir trabalho técnico social nas políticas de adaptação e pós-desastres.
- Implementar políticas de pagamento por serviços ambientais com reconhecimento territorial.
- Reforçar políticas de saneamento, drenagem e gestão de resíduos em áreas vulneráveis.
- Fortalecer mecanismos de participação social e governança territorial.

4. ONDE ESTÃO AS SOLUÇÕES E AS BOAS PRÁTICAS JÁ EXISTENTES NO PAMPA?

Práticas identificadas como positivas, que trazem resultados concretos e que podem ser replicadas em outros espaços. Para sua seleção, foi realizado debate ancorado na experiência territorial e na leitura crítica das respostas existentes.

Organização comunitária, cuidado e solidariedade

- Cozinhas solidárias articuladas por redes de mulheres e juventudes durante enchentes.
- Espaços de acolhimento comunitário em territórios de terreiro (como a Casa da Árvore).

- Redes de apoio e cuidado em situações de emergência climática.

Formação, direitos e organização política

- Programa de Promotoras Legais Populares, incluindo formação em emergências climáticas.
- Protocolos comunitários de atuação em crise climática.
- Cursos de alfabetização e formação política em cozinhas solidárias.

Água, soberania e subsistência

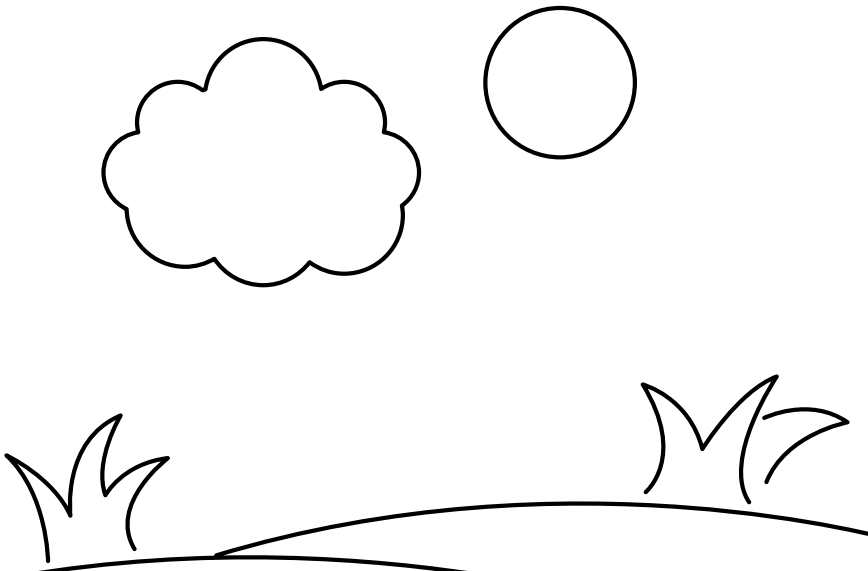
- Mobilização comunitária para acesso a cisternas em territórios quilombolas (ex: Coxilha Negra).
- Luta por autonomia produtiva e direito de plantar e colher em territórios afetados por escassez hídrica.

Agroecologia e tecnologias sociais

- PRO-SEMEIA - Programa Nacional de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), integrando universidades e assentamentos rurais.
- Sistemas agroflorestais e silvipastoris no bioma.
- Conservação de sementes crioulas e hortas produtivas e escolares.
- Manejo sustentável de pecuária em campo nativo.
- Extrativismo do butiá e valorização dos butiazais.

Educação e incidência territorial

- Projetos de reflorestamento, composteiras e educação ambiental em escolas e ocupações.
- Articulação entre universidades, assentamentos e comunidades rurais.
- Experiências de educação ambiental conectando juventudes urbanas e rurais.



Vozes do **Cerrado**



Plenária Cerrado

Data: 17 de junho de 2026

Local: Instituto de Ciências Biológicas da UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro

Participantes: mais de 130 mulheres e jovens

Autoridades presentes: Márcia Lopes - Ministra de Estado das Mulheres, Vitória Genuíno - Secretária Nacional de Juventude, Vitor Araripe - Secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, Florbela Fernandes - Representante do UNFPA no Brasil, Erika Kokay - Deputada Federal pelo Distrito Federal, Gabriel Magno - Deputado Distrital do Distrito Federal, Madu Krasny - Representante da ANTRA, Jackeline Aguiar - Secretária da Mulher do Distrito Federal e Marcele Oliveira - Campeã de Juventude da COP30, que participou por meio de mensagem em vídeo exibida durante a abertura.



O Cerrado é o berço das águas do Brasil: é o bioma fundamental para a sustentação e a reprodução da vida no Brasil, não apenas por sua biodiversidade, mas por sua função hídrica, por suas raízes profundas, por sua capacidade de alimentar nascentes e bacias hidrográficas e por sua conexão direta com outros biomas. Trata-se de um sistema vital cuja integridade condiciona dinâmicas ambientais, sociais e econômicas em escala ampla. O bioma é, também, a casa e o território dos povos Xavante e Xerente, dos Geraizeiros, de sertanejos e ribeirinhos, além de tantos outros povos indígenas e comunidades tradicionais e locais. É, por isso, espaço vivo, em movimento e em ebulição na construção – material, epistemológica, tecnológica e mística – das soluções para as crises socioambientais e climáticas.

Nas últimas décadas, contudo, o Cerrado tem sido submetido a um conjunto de pressões econômicas intensas que incidem diretamente sobre sua integridade ecológica e sobre os modos de vida que dele dependem. A expansão do agronegócio em larga escala, a mineração associada a processos de degradação ambiental, a especulação imobiliária, a grilagem de terras, a urbanização acelerada e desordenada, o desmatamento contínuo e o uso intensivo da água compõem um quadro de transformação profunda do bioma. Esse processo se articula ainda à desigualdade urbana crescente e à invisibilização histórica de povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e demais populações que desempenham papel central na conservação do território.

As vozes do Cerrado seguiram o curso dos rios e, acompanhando seu serpentear, orientaram sua narrativa política a partir das águas. A denúncia das nascentes que secam, dos rios paulatinamente contaminados, das chuvas que mudam de fluxo, intensidade e frequência, da falta de acesso à água potável: todos estes elementos foram apresentados para que o cenário mais amplo – de crise social e climática no Cerrado e no Brasil – fosse montado.

Mulheres, juventudes, movimentos sociais e organizações populares do Cerrado afirmaram a centralidade dos territórios na construção de respostas à crise climática, sustentando que não há justiça climática sem a participação efetiva das populações que vivem e protegem o bioma. Partindo dessa premissa, o Cerrado foi caracterizado como simultaneamente base da segurança hídrica e climática do país e território historicamente tratado como zona de sacrifício, onde os custos ambientais da expansão econômica são concentrados.

Nesse contexto, a expansão de modelos produtivos baseados na monocultura, na mineração e na especulação territorial produz uma dinâmica de exaustão ecológica que se manifesta na perda de nascentes, na degradação da qualidade da água e na ruptura de formas tradicionais de organização da vida. Com isso, o Cerrado aparece como espaço de disputa de futuro, onde se confrontam diferentes projetos de sociedade: um baseado na mercantilização da natureza e outro na defesa da vida, dos bens comuns e da justiça socioambiental.

1. A CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA NO BIOMA: DIAGNÓSTICO DAS VOZES DO CERRADO

Como as mulheres e as juventudes do Cerrado enxergam a crise socioambiental e climática que o bioma está vivendo?

- Crise hídrica e perda da função ecológica do Cerrado
  - Redução de nascentes, perda de aquíferos, secamento de rios e córregos e contaminação das águas.
  - A crise hídrica aparece como resultado da combinação entre mudanças climáticas e pressões territoriais, incluindo a expansão agropecuária e de monoculturas, com uso intensivo de água, o uso abusivo de agrotóxicos, a ampliação da mineração de impacto e a ampliação do desmatamento.
  - A consequência é a degradação das áreas de recarga hídrica.

Comunidades relataram situações em que há escassez de água para consumo e produção, enquanto grandes empreendimentos mantêm acesso intensivo aos recursos hídricos.

- Avanço de modelos econômicos que degradam o bioma
  - O Cerrado segue sendo tratado como fronteira de expansão econômica, ignorando sua biodiversidade, seus serviços ecossistêmicos e seus povos.

A disputa pela Serrinha do Paranoá, em Brasília, evidencia como áreas consideradas "vazias" ou "sem uso" – zonas de sacrifício – são, na realidade, fundamentais para recarga de aquíferos, biodiversidade e equilíbrio climático, além de serem o lar de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais. Não podem nem devem ser rifados!

- Desigualdade socioambiental e racismo climático
  - Os impactos da crise climática recaem de forma desigual sobre povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, mulheres, juventudes rurais e periféricas, agricultores familiares e populações urbanas vulnerabilizadas.
  - A desigualdade ambiental aparece na distribuição desigual de água, arborização, sombra e conforto térmico, infraestrutura, saneamento e acesso a políticas públicas.
  - As periferias urbanas foram identificadas como territórios mais expostos ao calor extremo, falta de áreas verdes, problemas de saneamento e insegurança hídrica.
- Perda de saberes, pertencimento e continuidade geracional
  - A degradação do Cerrado também foi compreendida como perda cultural e territorial: a ruptura entre juventudes e os modos tradicionais de relação com o bioma ameaça os conhecimentos sobre os ecossistemas, inclusive sobre sementes, alimentos, práticas agrícolas e formas comunitárias de cuidado.
  - O afastamento das novas gerações do território foi associado à perda de pertencimento e à dificuldade de construir respostas coletivas à crise climática.
- Barreiras institucionais e financiamento insuficiente
  - Apesar da existência de políticas públicas, permanece o desafio de implementação efetiva. Foram apontados problemas como: burocracia excessiva, dificuldade de acesso ao crédito, barreiras institucionais nos bancos, falta de transparência sobre recursos climáticos e ausência de monitoramento adequado.
  - Comunidades tradicionais e agricultores familiares encontram dificuldades para acessar instrumentos como crédito rural e políticas de apoio à sociobiodiversidade.

2. FRENTE A ESSE CENÁRIO, QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DAS VOZES DO CERRADO?

Quais são os eixos de ação centrais para o bioma?

1. Proteção da água como bem-comum e eixo estratégico do Cerrado, protegendo as nascentes, os aquíferos, os rios e as áreas de recarga hídrica
2. Garantia de justiça territorial e participação social, inclusive com o reconhecimento do papel das mulheres, das juventudes e das comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e locais como sujeitos políticos e produtores de conhecimento

3. Fortalecimento da sociobioeconomia, evitando que ela seja capturar pela lógica do agronegócio predatório e garantindo escala e qualidade no financiamento, além do reconhecimento para iniciativas baseadas na biodiversidade e nos saberes territoriais

4. Garantia de permanência e proteção dos povos do Cerrado, com o avanço na titulação de territórios quilombolas, o fortalecimento da proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais e a garantia de condições para a permanência da juventude nos territórios

3. QUAIS DEVEM SER OS PRÓXIMOS PASSOS?

Propostas das vozes do Cerrado

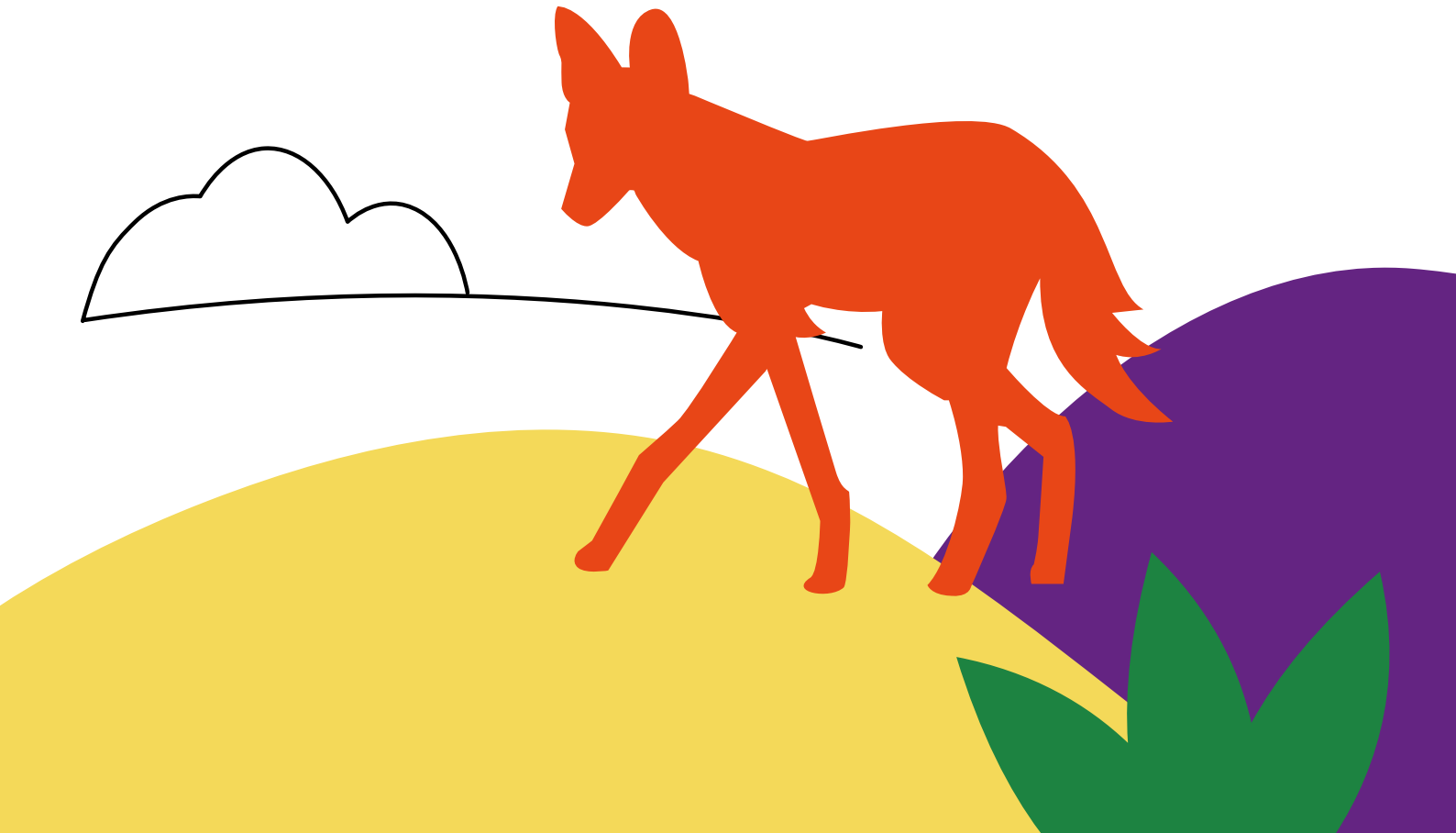
- Criar e fortalecer políticas específicas de proteção das nascentes do Cerrado, incluindo reflorestamento, recuperação ambiental e isolamento de áreas degradadas.
- Desenvolver mecanismos de monitoramento e responsabilização pelo uso dos recursos hídricos.
- Criar formas de compensação pelo uso intensivo da água, considerando o Estado e as comunidades afetadas.
- Fortalecer órgãos ambientais e unidades de conservação.
- Garantir transparência na aplicação de recursos climáticos.
- Adaptar instituições financeiras para ampliar o acesso ao crédito por comunidades tradicionais e agricultores familiares.
- Fortalecer políticas de sociobioeconomia, evitando sua redução a instrumentos subordinados ao agronegócio.
- Ampliar educação ambiental territorializada nas escolas.
- Integrar conhecimentos científicos, técnicos e saberes populares.
- Criar políticas de adaptação urbana voltadas para periferias, incluindo arborização, saneamento e infraestrutura verde.
- Garantir segurança e proteção para defensoras e defensores ambientais.
- Fortalecer mecanismos de proteção para comunidades afetadas por mineração e grandes empreendimentos.

- Criar e fortalecer brigadas comunitárias de prevenção e combate a incêndios.
- Realizar oficinas comunitárias sobre eventos extremos, como secas, ondas de calor, queimadas e chuvas intensas, garantindo processos de formação de lideranças territoriais, inclusive com o desenvolvimento de comitês de mulheres.

4. ONDE ESTÃO AS SOLUÇÕES E AS BOAS PRÁTICAS JÁ EXISTENTES NO CERRADO?

Práticas identificadas como positivas, que trazem resultados concretos e que podem ser replicadas em outros espaços. Para sua seleção, foi realizado debate ancorado na experiência territorial e na leitura crítica das respostas existentes.

- Brigadas comunitárias de prevenção e combate a incêndios.
- Projetos de recuperação ambiental e reflorestamento conduzidos por mulheres e comunidades tradicionais – destaque para ações de recuperação ambiental em território Kalunga.
- Hortas comunitárias e produção de PANCs em equipamentos públicos.
- Projetos culturais e educativos voltados à valorização das espécies nativas do Cerrado e da educação ambiental comunitária.



VOZES DOS BIOMAS MENSAGENS-CHAVE PARA 2026

As Plenárias das Mulheres e Juventudes nos Biomas Pós-COP30 são instrumentos políticos desenvolvidos pelo Ministério das Mulheres, pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e pela Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Em 2026, o objetivo central das plenárias foi mapear diagnósticos, demandas e boas práticas para a crise socioambiental e climática que atravessa os seis biomas brasileiros. No entanto, a prática da realização das seis plenárias mostrou que este instrumento pode ser muito mais. As plenárias foram espaço para a troca de experiência, para a criação de novas redes e laços e para a mobilização ao redor do tema. Após a realização da COP30, manter viva, ativa, forte e mobilizada a agenda e a luta socioambiental e climática é especialmente importante. As Plenárias das Mulheres e Juventudes nos Biomas Pós-COP30 apontaram para a necessidade de um novo pacto político, social e ecológico para os biomas brasileiros. Para apontar os passos iniciais e os rumos políticos dessa nova pactuação, as plenárias construíram consensos e prioridades, que podem e devem servir de orientação para as políticas públicas.

Consensos entre as vozes das mulheres e juventudes dos biomas:

1. A crise climática e socioambiental que vivemos hoje é resultado de um modelo de desenvolvimento que mantém uma relação predatória com a natureza e com os bens comuns;
2. Os impactos dessa crise são distribuídos de forma desigual e recaem, sobremaneira, em populações mais vulnerabilizadas por questões geracionais e de gênero, classe e raça;
3. A crise climática não é desatrelada de outras crises ecológicas, como a degradação ambiental e a perda de biodiversidade, e, portanto, não pode ser endereçada de forma independente e/ou tratada apenas na chave de contabilidade de emissão de gases de efeito estufa: a natureza e os bens comuns são indivisíveis e devem ser tratados como tal;
4. As soluções para a crise climática e ambiental já existem e estão sendo pensadas, desenvolvidas e gestionadas nos territórios, sob a liderança principal de mulheres, juventudes – inclusive nas periferias urbanas – e povos indígenas e comunidades tradicionais e locais;



5. Modelos predatórios de desenvolvimento têm produzido processos de desconexão entre populações e biomas, fragilizando vínculos territoriais, saberes tradicionais, formas de pertencimento e práticas comunitárias de cuidado com a natureza. No entanto, as soluções para a crise climática emergem dos territórios onde essa conexão resiste, se reproduz ou é reconstruída — por meio de saberes tradicionais, práticas de conservação, agricultura familiar, pesca artesanal, agroecologia, redes de cuidado e organização comunitária. Mulheres e juventudes são centrais nesse processo: as mulheres pela sustentação cotidiana do cuidado, da reprodução social e da permanência territorial; e as juventudes pela possibilidade de continuidade, renovação e transmissão desses vínculos, ainda que enfrentem barreiras como falta de oportunidades, violência territorial, sucessão rural interrompida e impactos crescentes da crise climática.

Frente a esse cenário, as vozes dos biomas indicaram as seguintes prioridades de ação:

1. Garantir mais e melhores políticas climáticas e ambientais, que passem pela construção de autonomia e bem-viver de juventudes e mulheres, a partir de uma lógica de não-mercantilização da natureza;
2. Financiar, com escala, qualidade e dignidade, e destinar recursos e políticas públicas para as soluções que já estão sendo construídas e desenvolvidas nos territórios, reconhecendo saberes, tecnologias e epistemologias locais;
3. Fortalecer espaços de participação social em agendas de clima e meio ambiente nos níveis municipal, estadual e federal;
4. Reconhecer as agendas de clima e meio ambiente como transversais, garantindo que estas estejam integradas a temas como segurança alimentar, promoção da saúde e direito à cidade;
5. Dar centralidade aos biomas – com suas histórias, saberes, territórios e modos de produção – como atores políticos.

EQUIPE DAS PLENÁRIAS DAS MULHERES E JUVENTUDES NOS BIOMAS PÓS-COP30

Ministério das Mulheres
Alícia Rosler Nelsis
Amanda Lorena Sakayo
Ana Carolina Novelli
Ana Lucia Sousa Pinto
Eliane Aparecida de Almeida Barros
Flávia Leite Soares Gerlach
Laís Lima Rezende
Letícia Alves da Silva Espíndola
Michelly Mihomem da Silva
Sheila de Lima Samico

Secretaria Nacional de Juventude - Secretaria-Geral da Presidência da República
Daniela Gonçalves Flores
Eduarda Ferreira de Lira
Gabriel Ferreira Ribeiro
Guilherme Barbosa Rodrigues Fonseca Naves
Maynara Nafe
Monica Bufon

Jovem Campeã Climática da Presidência da COP30 (PYCC)
Gab Borges
Luisa Barreto Fernandes
Marcele Oliveira
Mikaelle Farias

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)
Ângela Roman
Anna Cunha
Luiza Figueiredo
Luiza Olmedo
Maria Clara Lima
Marília Closs
Nathalia Vince Esgalha Fernandes
Pedro Neves de Castro
Vanessa Alarcon

Apoio: UNFPA CONJUVE

Realização: SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE SECRETARIA-GERAL MINISTÉRIO DAS MULHERES GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

